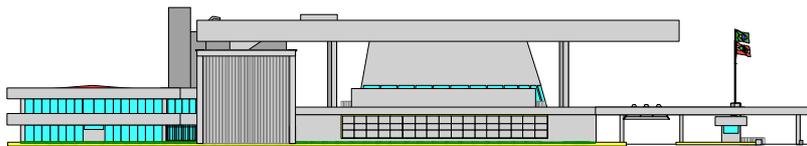


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVII

FLORIANÓPOLIS, 26 DE NOVEMBRO DE 1998

NÚMERO 4.581

13ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa

MESA DIRETORA

Neodi Saretta
PRESIDENTE

Francisco Küster
1º VICE-PRESIDENTE

Vanderlei Olívio Rosso

2º VICE-PRESIDENTE

Odacir Zonta
1º SECRETÁRIO

Gervásio José Maciel
2º SECRETÁRIO

Afonso Spaniol
3º SECRETÁRIO

Adelor Francisco Vieira
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Romildo Titon

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: João Henrique Blasi

PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO

Líder: Gilson dos Santos

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL

Líder: Norberto Stroisch Filho

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Jorginho Mello

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder:

COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS

Ivan Ranzolin – Presidente
Júlio Teixeira – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Olices Santini
Romildo Luiz Titon
Miguel Ximenes
João Henrique Blasi
Pedro Uczai
Jorginho Mello

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel – Presidente
Ivo Konell – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Sérgio de Souza Silva
Leodegar Tiscoski
Jorginho Mello
Gelson Sorgato
Wilson Rogério Wan-Dall
Carlito Merss

AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Idelvino Furlanetto – Presidente
Manoel Mota – Vice-Presidente
Olices Santini
Eni José Voltolini
Herneus de Nadal
Norberto Stroisch Filho
Pedro Uczai

DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Sérgio de Souza Silva – Presidente
Jorginho Mello – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivan Ranzolin
Narcizo Parisotto
Wilson Rogério Wan-Dall
Idelvino Furlanetto

TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO

Reno Luiz Caramori – Presidente
Leodegar Tiscoski – Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Gelson Sorgato
Manoel Mota
Norberto Stroisch Filho
Pedro Bittencourt Neto

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luiz Roberto Herbst – Presidente
Ideli Salvatti – Vice-Presidente
Udo Wagner
Lício Mauro da Silveira
Manoel Mota
Júlio Vânio Celso Teixeira
Idelvino Furlanetto

SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Volnei Morastoni – Presidente
Sérgio de Souza Silva – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivo Konell
Gilmar Knaesel
Lício Mauro da Silveira
Cesar Antônio de Souza

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Pedro Bittencourt Neto – Presidente
Olices Santini – Vice-Presidente
Ideli Salvatti
Gilmar Knaesel
Herneus de Nadal
Miguel Ximenes
Jaime Aldo Mantelli

FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

Norberto Stroisch Filho – Presidente
Carlito Merss – Vice-Presidente
Lício Mauro da Silveira
Reno Luiz Caramori
Luiz Roberto Herbst
Miguel Ximenes
Júlio Vânio Celso Teixeira

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração eletrônica, montagem e
distribuição.

Diretor: Valter Clementino Pereira

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.

Diretora: Iwana Lúcia Lentz Gomes

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO VII - **NÚMERO 975**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 121ª Sessão Ordinária
realizada em 11/11/1998 2
Ata da 122ª Sessão Ordinária
realizada em 12/11/1998 11
Ata da 123ª Sessão Ordinária
realizada em 16/11/1998 14

Publicações Diversas

Decreto Legislativo 22
Mensagem Governamental 22
Ofícios 22
Projetos de Lei 23
Projetos de Lei Complementar 27

PLENÁRIO

ATA DA 121ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 11 DE NOVEMBRO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelar Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - Cesar Souza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Odacir Zonta - Olices Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declarou aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à leitura do expediente.

O SR. TERCEIRO SECRETÁRIO (Deputado Afonso Spaniol) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente:

MENSAGENS DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO N.ºS:

3890, comunicando a sanção do projeto de lei que concede pensão especial a Osmar Joaquin Frigo;

3891, comunicando a sanção do projeto de lei que concede pensão especial a Alex Santos Cardoso;

3892, comunicando a sanção do projeto de lei que concede pensão especial a Gilberto Pedro Moura;

3893, comunicando a sanção do projeto de lei que concede pensão especial a Antônio Marco França da Silva;

3894, comunicando a sanção do projeto de lei que concede pensão especial a Anilton Nardes;

3895, comunicando a sanção do projeto de lei que concede pensão especial a Alzira Maria Machado;

3896, comunicando a sanção do projeto de lei que concede pensão especial a Luiz Fernando Moraes;

3897, comunicando que sancionou o projeto de lei que autoriza a aquisição de imóveis no Município de Rio do Oeste;

3898, comunicando que sancionou o projeto de lei que autoriza a aquisição de imóveis no Município de Tigrinhos;

3899, comunicando que sancionou o projeto de lei que autoriza a aquisição de imóveis no Município de Bandeirante;

3900, comunicando que sancionou o projeto de lei que autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Dionísio Cerqueira;

3901, comunicando que sancionou o projeto de lei que autoriza a aquisição de imóveis no Município de Frei Rogério;

3902, comunicando que sancionou o projeto de lei que autoriza a doação de imóvel no Município de Tangará;

3903, comunicando que sancionou o projeto de lei que denomina João Pessoa Machado o Ginásio de Esportes da Academia da Polícia Civil, em Florianópolis;

3904, comunicando que sancionou o projeto de lei que dispõe sobre a caracterização do Estado em dez regiões hidrográficas;

3905, comunicando que sancionou o projeto de lei que declara de utilidade pública a Liga Palhocense de Futebol Amador;

3906, comunicando que sancionou o projeto de lei que declara de utilidade pública a

Associação dos Agricultores de Bom Sucesso, de Iomerê;

3907, solicitando, a retirada de pauta da Mensagem nº 3495, de 19 de maio de 1998;

3908, comunicando que sancionou o projeto de lei que concede pensão especial, tendo como beneficiária Adélia Joaquim;

3909, comunicando que sancionou o projeto de lei que revoga a Lei nº 10.932, de 27 de outubro de 1998.

PROJETOS DE LEI:

- de autoria do Sr. Deputado Volnei Morastoni, que dá nova redação ao art. 2º e ao inciso I do Art. 5º da Lei nº 10.475, de 18 de agosto de 1997;

- de autoria do Sr. Deputado Manoel Mota, que declara de utilidade pública a Associação dos Amigos da Fundação Cultural de Criciúma;

- de autoria do Sr. Deputado Manoel Mota, que declara de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial do Vale do Araranguá.

OFÍCIOS NºS:

1503/98, do Sr. Secretário de Educação a Distância, encaminhando informações referentes ao Convênio nº 009/98, celebrado com a Secretaria de Educação deste Estado;

178/98, do Sr. Deputado Idelvino Furlanetto, solicitando licença para ausentar-se do País.

OFÍCIO:

- solicitando licença para os Srs. Deputados Sergio Silva, Afonso Spaniol e Odacir Zonta, ausentarem-se do País, para participarem do Programa Brasília-Miami de Política e Administração Pública.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o Sr. Deputado Eni Voltolini, a quem concedemos a palavra.

Com a solicitação do Deputado Eni Voltolini, que se proceda, também em nome da Mesa, a saudação aos visitantes.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Sr. Presidente, acolho a sua manifestação com muito orgulho, em nosso nome pessoal, em nome da Bancada Progressista, em nome da Mesa Diretora e, certamente, dos Parlamentares.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, catarinenses presentes, gostaria de aproveitar a oportunidade para saudar a D. Helena e a D. Elaina, que coordenam os grupos da Estrada Pirabeiraba e do Cubatão Raabe.

Que na sua visita a este Parlamento levem daqui, bem como os demais catarinenses que prestigiam a nossa sessão, a melhor das impressões.

Espero que a visita das pessoas que aqui estão seja de aprendizado, de cidadania, de civismo, porque toda semana nesta Casa os 40 Deputados, que representam seis Partidos Políticos, reúnem-se para deliberar sobre matérias importantes. Nem sempre este espaço está repleto de pessoas, pois existem várias Comissões de trabalho que se reúnem praticamente neste horário.

Recebam, pois, todos os amigos de Joinville, o abraço de todos os 40 Deputados e o desejo sincero de que possam, ao final da tarde, retornar em boas condições pela BR-101.

Um abraço a todos vocês, permaneçam até o momento que desejarem. Sejam bem-vindos, em nome de todos nós.

Srs. Deputados, V.Exas. estão convidados para, às 17h, juntamente com a Comissão de Transportes, ouvir o Chefe do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, que falará sobre o andamento das obras da BR-101. E esta Casa, coincidentemente, irá deliberar sobre o assunto na tarde de hoje.

Gostaria também de me valer desse momento para relatar aos Srs. Deputados e aos catarinenses presentes, uma outra reunião que tivemos, há poucos dias, com a representação da Cohab, instituição de Santa Catarina que trata dos assuntos ligados à habitação.

Em vários pontos do nosso Estado, vários conjuntos habitacionais encontram-se em andamento. Procurávamos obter do Diretor da Cohab, o Sr. Celso Pereira, informações sobre o estágio de construção desses conjuntos, bem como relatávamos a ele as dificuldades que um grande número de mutuários está vivendo. Eles não conseguem mais pagar a mensalidade para continuar vivendo naquelas casas ou apartamentos que acessaram, de acordo com os critérios que a Cohab estabelece, para que possam ter o sonho da maioria de todos nós, que é o sonho da casa própria.

O Sr. Celso Pereira nos informou que ao início da sua administração 62,48% dos mutuários estavam inadimplentes com a Cohab - Companhia de Habitação - mas que através do esforço de negociação, de renegociação e de visitas, este número, embora ainda alto, teria hoje baixado para 44,78%, o que representa em números redondos aproximadamente 16 milhões de reais. É o valor que a Cohab tem a seu crédito frente a esses mutuários.

Dizia também o Sr. Celso que com esse crédito em mãos a Cohab... Certamente os conjuntos habitacionais de Jaraguá do Sul, de Joinville, de São José, de Tijucas, de Joaçaba, de São Francisco do Sul e de Timbé, que não estão concluídos, que vão ser ao final deste ano entregues em parte para a comunidade...

Mas dizia o Sr. Celso que a parte que está construída está sendo paga, mas remanesceria para o próximo Governo, em média, nesses conjuntos, 30% das obras ainda para se poder dar como concluído e entregue à comunidade.

Este é o relato que ele nos fazia. Mas o que os Parlamentares de Santa Catarina quiseram e procuraram obter do Presidente da Cohab foi uma proposta para que essas centenas de famílias que estão prestes a serem despejadas não passem por essa condição, já que a maioria dessas famílias são famílias absolutamente carentes, tendo ali o seu único imóvel, a sua única residência.

A informação que o Sr. Celso nos passou é de que há, neste momento, uma dificuldade para a Cohab resolver essa questão, porque o financiamento que é captado para se poder financiar os conjuntos habitacionais são financiamentos do Fundo de Garantia, que têm que ser devolvidos na integralidade, na forma e no prazo previsto através da captação de recursos.

Permaneceu ao final da reunião a necessidade de buscar-se uma solução.

Chegou-se até a falar que a alteração da legislação federal que trata do assunto poderia se encampada a partir do próximo ano pelos novos Parlamentares, como se isso fosse uma solução para quem hoje vive o problema do iminente despejo que a Cohab está a proporcionar.

Conseguiu-se ao menos o seguinte: que as ações de despejo fossem retardadas ao máximo para que nós pudéssemos, ao longo desses dois ou três meses, buscar uma alternativa para remediar o problema e evitar que as pessoas fossem despejadas.

Infelizmente, o pouco que se conseguiu foi isso, Deputado Olives Santini: ao menos dar às pessoas a informação de que a Cohab não vai apressar, não vai agilizar os processos de despejos, o que já é alguma coisa, porque várias famílias já não sabiam mais o que fazer, já não sabiam mais a quem recorrer, além de outros fatos que também complicam, muitas vezes, as pessoas que acessam a conjuntos habitacionais, como a má qualidade de alguns conjuntos. Nem sempre se tem tido a preocupação com relação à qualidade das moradias.

E mesmo assim, Deputado Ivan Ranzolin, V.Exa. que chamou para a reunião da Comissão de Constituição e Justiça, a discussão sobre a Cohab, sobre a ação de despejo, sobre a perspectiva de Santa Catarina continuar a prestar atendimento à população mais carente na área habitacional, o que vimos foi a fragilidade do sistema Cohab.

É um sistema que está ainda com quase 50% de inadimplência; é um sistema que tem quase 15 milhões em haver; é um sistema que não consegue negociar pelas limitações financeiras e formas alternativas para poder ofertar a condição de permanência às famílias que têm menos de três salários mínimos como renda. E esses fatos têm acontecido às dezenas e às centenas.

Fica o grande desafio de todos nós e deste Parlamento também, o de rever a política habitacional para Santa Catarina; rediscutir a Cohab, fazendo com que ela seja, de fato, um instrumento do Poder Público para podermos ir ao encontro das necessidades das pessoas, que desejando ter a sua casa própria não querem ter nela um pesadelo mas, sim, a realização de um sonho.

Esse deve ser o objetivo maior: a concretização de um sonho e não a vivência de um pesadelo, que é o que nós estamos vivenciando em Santa Catarina, através de muitos conjuntos habitacionais e de muitos usuários que estão começando a chegar a esta Casa.

Esta Casa precisa tratar um pouco mais deste assunto. Nós temos tratado de saúde, de educação, de segurança pública, mas poucas vezes, Deputado Ivan Ranzolin, aqui nesta Casa se tratou de habitação, e esse é um assunto tão importante quanto fornecer a garantia da saúde e da educação para a população.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Pois não!

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Deputado Eni Voltolini, realmente, quem assistiu a reunião, quem ouviu o Presidente da

Cohab, ficou preocupado. Eu fui inspirado, porque andei num bairro em Lages.

V.Exa. viu que de 800 unidades há 500 inadimplentes, que há mais de três meses não estão pagando.

Então, realmente, é uma preocupação muito séria porque não tem saída! Segundo ele, não tem saída! Eles não decidem, o preço aumentou e as pessoas não podem pagar.

É um problema sério! Devemos discutir muito mais sobre esse assunto para acharmos soluções, porque o sonho da casa própria não pode se transformar em pesadelo.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Spaniol) - O próximo orador inscrito é o Sr. Deputado Odacir Zonta, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, funcionários desta Casa, saúdo também os visitantes, especialmente as delegações de Joinville e de outras comunidades catarinenses.

Vou utilizar apenas metade do tempo, até porque o Deputado Olices Santini também está inscrito.

Assomo à tribuna para fazer referência à realização, a partir de hoje, aqui no Centro de Convenções da Capital, do Seminário Interamericano de Contabilidade, bem como uma feira de produtos e de serviços de contabilidade e de informática.

O encontro vai reunir os profissionais da área de contabilidade, estudantes da área de Ciências Contábeis e técnicos em contabilidade, permitindo um amplo debate das questões fiscais, das questões tributárias, da profissão de contabilista, da situação econômica e financeira das empresas, da organização e do assessoramento de auditorias.

Esses profissionais têm uma incumbência muitas vezes até anônima, de muita responsabilidade, um papel muito importante na sociedade e no desempenho e organização empresarial, sendo o melhor elo de ligação entre o contribuinte, o Fisco e o Governo, entre a empresa e o operário, entre a ação da comunidade na orientação e organização.

É realmente o reconhecimento que nós devemos ter com a classe de profissionais, Deputado Ivan Ranzolin, que tem um fundamental papel em todas as comunidades catarinenses.

Os contabilistas estão em todo o território catarinense. Multiplicaram-se na sua profissão como uma exigência do mercado, como uma necessidade, muitas vezes sem o reconhecimento devido, porque eles realmente têm sido um amortecedor das questões fiscais, levando orientação ao contribuinte, mas também batendo de frente com os exageros da legislação tributária, da legislação fiscal e de outros fatores que envolvem essa parafernália de taxas, de impostos e organização que a estrutura brasileira impõem.

Eu faço este registro almejando que o Conselho Regional de Contabilidade, a Federação dos Contabilistas do Estado de Santa Catarina, a Confederação dos Contabilistas Brasileiros e todos os inscritos tenham o pleno êxito nesse seminário.

Nosso reconhecimento a essa laboriosa classe de profissionais da área contábil catarinense.

Era este o registro que gostaria de fazer neste espaço.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Spaniol) - Com a palavra o Deputado Olices Santini, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Sr. Presidente, abro mão da minha inscrição neste horário. Farei meu pronunciamento no horário dos Partidos Políticos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Spaniol) - Livre a palavra a todos os Deputados em Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Carlito Merss - Peça a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Spaniol) - Com a palavra o Deputado Carlito Merss, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente e Srs. Deputados, neste último semestre, com certeza, um dos projetos mais polêmicos e mais discutidos que aprovamos nesta Casa foi um projeto de lei encaminhado pelo Executivo, que concedia diversos tipos de isenção aos devedores de ICMS.

Eu reafirmo esta palavra: devedores, até para não usar, em alguns momentos, adjetivos um pouco mais fortes como sonegadores. Mas, de qualquer forma, durante a discussão do projeto, esses conceitos foram levantados. Se o empresário não repassa o ICMS é sonegador, inadimplente, ou ele é o quê? De qualquer forma, o projeto foi aprovado, lembro bem, quase meia noite, talvez uma das sessões que mais se prolongou aqui nesta Casa. E, como hoje, lembro das palavras que disse aqui desta tribuna: que aquele projeto, segundo informações de técnicos da Fazenda, mas principalmente dos lobbies dos empresários, seria a saída, seria a grande solução para, como eles se auto-intitulam, inadimplentes do ICMS.

E eu falei que cobraría isso. O jornal Gazeta mercantil, do dia 09, coloca o seguinte: "Fracassa a lei que beneficiou os inadimplentes com o ICMS".

O texto diz o seguinte:

(Passa a ler)

"O Secretário-Adjunto da Fazenda Estadual, Paulo Eli, considerou um fracasso a lei que concedeu perdão ou descontos das multas e juros de mora para os devedores do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Mesmo sem os números finais, que serão totalizados nesta semana, o Governo acredita que menos de 3% da dívida calculada em R\$1 bilhão foram recolhidos até o dia 31 de outubro, data final de adesão aos benefícios da lei. A única expectativa positiva fica com a carteira de parcelamentos do débito, que pode alcançar os R\$200 milhões esperados.

"Os reais beneficiados foram os pequenos devedores. A maioria aproveitou a chance de parcelar o débito do tributo, mas a adesão dos grandes devedores foi muito baixa. Os tradicionais sonegadores mantiveram seu hábito", afirma Eli. A saída, segundo o Secretário, é executar os devedores e esperar, pois já existem mais de 50 mil processos de execução fiscal tramitando na Justiça catarinense.

Um dos mais volumosos resultados da lei foi a quantidade de processos de empresas tentando quitar as dívidas com títulos da Velha República e da

época do Império, todos negados pelo Governo Estadual. "Os inadimplentes tentaram compensar mais de R\$100 milhões com títulos federais podres, que não são aceitos sequer pela União". Paulo Eli acredita que, devido ao péssimo resultado da experiência, não deverão ser reeditadas leis beneficiando inadimplentes nos próximos anos.

Albano Schmidt, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Joinville (Acij), uma das entidades empenhadas na aprovação da lei que facilitou o pagamento dos débitos com o ICMS, lamenta a baixa adesão dos inadimplentes. "Houve um grande esforço para divulgação. Acredito que chances como essa não irão se repetir nos próximos Governos", afirma.

Schmidt acredita que algumas exigências para fazer os parcelamentos possam ter dificultado a participação de várias empresas interessadas em quitar seus débitos. "A necessidade de dar bens como garantia e de apresentar um avalista, que não poderia ser sócio e nem cônjuge, inviabilizou a participação de algumas empresas. O empresário em débito dificilmente está em situação de conseguir aval de terceiros ou apresentar bens como garantia".

Fiz questão de ler essa matéria porque é difícil muitas vezes, em algumas discussões polêmicas, nós nos arvorarmos no direito de dizer que tínhamos razão. Na época, inclusive na votação, eu disse aqui que preferia não ter razão dizendo que aquele projeto não melhoraria a receita do Estado. Não seria daquela forma que nós teríamos a possibilidade, como foi aventada, de pagar o 13º em dia, pagar salário e aquelas promessas que nós sempre ouvimos cada vez que aparece um projeto polêmico nesta Casa.

Mas é muito grave isso, porque, vejam bem, Deputado Olices Santini, todas as emendas que os empresários quiseram foram incorporadas ao projeto. Todas! Algumas eu considerei exageradas. Na época, eu disse: se a discussão é ajudar os empresários com dificuldades de repassar o ICMS, vamos usar como base o projeto que foi aprovado na Assembleia Legislativa do Paraná, que era muito simples. Era um projeto que reduzia juros, reduzia multas, mas não perdoava o principal. Pelas informações que temos, muitos empresários do Paraná pagaram o seu ICMS.

Portanto, isso é grave! Só espero que as palavras do Secretário-Adjunto e dos empresários, quando dizem que é muito difícil ter outro tipo de perdão nos próximos Governos, concretizem-se, porque, no meu entendimento, a linha básica desse projeto já é exagerada de vantagens para os empresários que não repassaram o ICMS.

Espero que não haja, a partir de janeiro, outros tipos de projetos ampliando as vantagens que esses inadimplentes tiveram.

Acho que é isso que nós, como representantes do povo e da sociedade catarinense, devemos exigir.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Spaniol) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados à Bancada do PMDB.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra aos Srs. Deputados do PMDB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos nove minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o Sr. Deputado Carlito Meress.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente e Srs. Deputados, coincidentemente, em função da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro não utilizar o espaço, eu retorno à tribuna para fazer alguns comentários sobre o material que recolhemos do DIAP, Departamento Intersindical de Apoio Parlamentar, que faz uma fiscalização, um acompanhamento de todo o trabalho no Congresso Nacional, que ao ler pela manhã me chamou a atenção:

(Passa a ler)

"Novo Congresso será mais ético e de maior qualidade.

A despeito de todas as mazelas e dificuldades, o novo Congresso será ética e qualitativamente melhor que o atual, tanto pela não-reeleição de todos que foram acusados de corrupção quanto pela eleição de nomes de expressão, na direita e na esquerda.

No plano ideológico, a nova composição consolida o perfil neoliberal da futura Câmara, desta vez sem o disfarce do discurso social-democrata, utilizado como escudo por Parlamentares, especialmente os da base de sustentação do Governo. Isto fica evidente com o discurso assumido pelo Presidente reeleito, que deu ênfase às reformas em cursos, que sinalizam para o corte de direitos e desregulamentação da economia e das relações de trabalho, com apoio incondicional dos Partidos de sua base de sustentação. Entretanto, como as reformas em bases neoliberais estão próximas de se esgotarem e seus defensores perderão legitimidade, é provável que os Parlamentares e Partidos repensem, após concluído esse ciclo, o que deve ocorrer em 2000, voltando-se para restabelecer, ainda que minimamente, a proteção social, dizimada pelo neoliberalismo.

O perfil sócio-econômico da nova Câmara dos Deputados, tendo como parâmetro as fontes de renda, escolaridade e profissão dos Deputados, pouco difere da atual. Politicamente, também há pouca mudança, provocada por um tênue crescimento da esquerda, um médio aumento do centro, uma leve redução do centro-esquerda e uma ampliação do centro-direita. Quanto ao perfil sócio-econômico, que considera como preponderante a profissão ou atividade que constitui a principal fonte de renda, a futura Câmara também é parecida com a atual: a maioria, mais de 80%, têm nível superior; próximo de um terço da composição é de empresário; mais de um terço é formado por profissionais liberais; e os demais são assalariados. Do ponto de vista econômico e profissional, a nova composição terá 145 empresários, contra 166 da atual legislação; 92 advogados, dez a menos que na atual; 58 médicos, dois a mais que a Bancada atual; 34 professores, contra os 23 atuais; 44 engenheiros, sete a mais que a atual; e 27 economistas, três a mais que a atual composição.

Numa leitura simplista, a redução do número de detentores dos meios de produção na Câmara, qualificados genericamente nesse levantamento como empresários, pode parecer que os defensores da iniciativa privada e da

economia de mercado saíram enfraquecidos dessa eleição. Mas a leitura correta, apesar dessa redução, é ao contrário; primeiro, porque o Governo do Presidente Fernando Henrique e os Partidos aliados assumiram sem reservas a defesa desse segmento; segundo, porque houve um ganho qualitativo na bancada empresarial com a eleição de nomes como Moreira Ferreira, da Fiesp, e Emerson Kapaz, do Pensamento Nacional das Bases Empresariais; terceiro, porque na próxima Legislação, pela primeira vez haverá uma bancada sindical oriunda do setor empresarial, com a eleição de dois Senadores e seis Deputados, que são ou foram presidentes das federações de indústrias estaduais; e, em quarto, porque os profissionais liberais eleitos, em sua maioria, provêm do setor privado, portanto, identificados com os pleitos do setor empresarial.

Sobre o perfil político, pode-se dizer que houve um pequeno movimento de acomodação de forças, caracterizado pelo crescimento da esquerda e do centro-direita e pela redução do centro-esquerda, que perdeu nomes no PMDB e PSDB. Na esquerda, o tênue aumento deveu-se ao PT e PSB, enquanto no centro-direita foi provocado pela derrota de Parlamentares independentes, dentro do PPB e PMDB. O crescimento do centro é creditado à desistência ou derrota de Parlamentares do PSDB, PFL, PTB tanto à direita quanto à esquerda."

Eu faço esses comentários e a leitura desse trabalho elaborado pelo Diap, porque desde que assumi a vida pública, a partir de 1988, quando tive a minha primeira experiência como candidato, já na disputa para a Prefeitura de Joinville, eu alertava e tentava fazer durante o processo eleitoral a seguinte discussão: que era fundamental para uma democracia - e sem isso a democracia e a república não terão espaço neste País - que os Partidos Políticos efetivamente se caracterizassem como Partidos Políticos ideológicos e não como verdadeiras siglas de aluguel.

Na época, fui muito otimista, porque havia dois Partidos que surgiam naquele momento, uns no final de 87 e outros já no ano de 88. E um deles foi o Partido da Social Democracia Brasileira. Na época eu enaltecia isso, porque entendia que havia esse espaço no espectro ideológico brasileiro para um Partido com esse perfil de social democrata. Falava, inclusive, e repetia que o PDT poderia ter utilizado esse espaço. Mas infelizmente, por questões internas, não conseguiu abarcar essa postura ideológica.

O PSDB, então, surgiu de um movimento interno do PMDB, em que pelo menos externamente foram os éticos do PMDB que saíram, aqueles que não aceitavam mais o "quercismo", que não aceitavam mais um PMDB que tinha se transformado numa frente, num Partido sem uma definição ideológica mais clara.

Esse Partido surgiu para a nossa alegria, porque aí poderíamos fazer, e esperávamos que pudéssemos fazer, uma discussão ideológica com um Partido social democrata. Infelizmente essa nossa expectativa durou só até 94, quando a partir daí o PSDB deixou de ser um Partido social democrata para se transformar numa espécie de correia de transmissão do PFL.

Na semana passada eu assisti na imprensa algo que jamais imaginei, o Presidente de fato do Brasil, o Sr. Antônio Carlos Magalhães, dando um puxão de orelha público no Ministro José Serra, quando este de

forma séria fez um levantamento sobre a redução de aplicação na Saúde do Orçamento público. O verdadeiro Presidente chamou a atenção de José Serra, que curvou-se e reconheceu a reprimenda.

Quer dizer, isso mostra na verdade que ideologicamente não conseguimos ter um Partido social democrata. E outro Partido na época que tinha surgido, que deveria ser o grande Partido liberal do Brasil, foi o PL, que infelizmente se transformou nessa juba de aluguel para todos os gostos em cada Estado. Patinamos, Deputado Gilson dos Santos, numa possibilidade, que até algum tempo atrás também me pareceu ainda possível. Falei muitas vezes aqui, nesta tribuna, quando ouvi pronunciamentos seus e do Deputado Ivan Ranzolin, falando nos cursos que o PPB traduzia ou fazia aos seus filiados e militantes. E sempre disse que seria importante que o PPB se transformasse no grande Partido Liberal do País.

Infelizmente parece que não está conseguindo, a eleição provou isso. Acho que a praga do "malufismo" é algo que está atrapalhando o Partido, porque nós continuamos sem ter um Partido ideológico de direita liberal.

Temos o PFL, que é aquele Partido do "aonde está o poder, eu estou atrás". Esteve com o PMDB um tempo, agora está aliado com o Sr. Esperidião Amin e, provavelmente, lá no Mato Grosso e no Rio Grande do Sul deve estar atrás do PT para conseguir alguma coisa, porque essa é a sua vocação. Ele surgiu para isso. É um Partido fisiológico e não um Partido ideológico.

Infelizmente, ainda não se consolidaram os Partidos, porém esse estudo feito pelo Diap coloca, de uma certa forma, um pouco de expectativa, porque com certeza teremos em Brasília uma discussão mais ideológica.

Espero, Deputado Gilson dos Santos - apesar que V.Exa. não estará aqui ano que vem -, que nesta Casa possamos fazer os confrontos, as discussões mais em cima de programas e menos em cima de falsificação de documentos, de interesses sociais, de compras e de outras coisas, porque assim iremos consolidar efetivamente a democracia e principalmente a república que, no meu entendimento, é uma experiência de organização política que ainda está sendo construída.

Não nos transformamos ainda numa república, temos ainda vieses muito graves de compra de votos, de não-cidadania, e com certeza os democratas, independente das posições ideológicas, terão que ajudar a construir essa possibilidade, senão, não seremos uma Nação.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Pois não.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Eu só gostaria de ir ao encontro de muitas de suas colocações. Realmente é com esse pensamento que os Partidos têm que se fixar, na minha concepção. O problema relacionado com a compra de votos - e que não é o meu caso -, sem dúvida, precisa sofrer algumas alterações para que a nossa democracia realmente se consolide.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Agradeço pelo seu aparte.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo espaço está destinado ao PDT.

Com a palavra o Deputado Afonso Spaniol.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL - Sr. Presidente e Srs. Deputados, quanto ao discurso feito pelo Deputado Carlito Merss, de certa forma endosso o seu raciocínio, porque também acho que neste País tem espaço e lugar para a social democracia - uma tese, uma tendência, uma ideologia que deveria ter sido ocupada pelo PSDB. No entanto, hoje mesmo expoentes do Partido concordam que se desvirtuou dessa inclinação a social democracia.

Acho que neste País, durante o ano de 1999, ainda poderá ter lugar uma reforma partidária, onde daí, sim, tendências de vários Partidos de centro e de centro-esquerda poderão retomar a tese da social democracia, hoje vigente em vários países da Europa. Então, por que não temos esse espaço?

Gostaria também de fazer uma reflexão sobre o que me preocupa nesta atual fase de transição do Estado de Santa Catarina, por sinal uma época de transição que no meu entender ainda está muito longa, muito demorada: da eleição de um novo Governador até a data de sua posse. Em tempos idos, esse período era ainda mais longo. Hoje o Governador, no caso, de Santa Catarina, eleito no primeiro turno, tem 3 meses de transição. No meu modo de ver, é um tempo muito longo para o Governador que está em exercício ainda fazer as coisas a seu bel-prazer.

Essa transição deveria ser mais curta e já também com a participação da próxima equipe do Governo, porque estou preocupadíssimo, falando as palavras exatas, com o total descumprimento da lei em vários sentidos, pelo atual Governador, com os atrasos de pagamento em vários setores do nosso Estado.

Os médicos e servidores da Secretaria da Saúde estão com o pagamento atrasado há meses; quanto ao projeto da habitação, o Programa Viva Casa, em muitos Municípios começaram programas de construção de pequenas casas, projetos de habitação, mas o repasse das verbas que o Estado assumiu há mais de um ano, em vários Municípios, não está sendo mais feito. As famílias criaram uma expectativa, e esse repasse está atrasado há muito tempo.

Os advogados da Dativa é outra questão preponderante, preocupante também. O atual Governo não cumpre o repasse para as Faculdades, para as Fundações Educacionais do nosso Estado, não existe mais nem a perspectiva do nosso estudante sonhar com a bolsa de estudo. Aprovamos no início do ano uma lei criando a bolsa de estudo em nível de Estado, mas não existe a mínima previsão com esses repasses atrasados para as Fundações, para a nossa Unoesc de Chapecó, de São Miguel D'Oeste.

Por fim, atrasos do pagamento na folha dos funcionários públicos, dos servidores, atraso no repasse do dodécimo aos demais Poderes, ao Ipesc, realmente é uma situação preocupante.

O Governador iniciou sua carreira tendo tudo para fazer um bom Governo e se perdeu no meio do campo, no meu ponto de vista, muito mal assessorado, na minha concepção, não muito preparado para Governar o Estado. Estou torcendo para que nesses quase dois meses ainda que faltam para o novo Governador assumir não se façam mais estragos no Estado de Santa Catarina, que usem critérios, que o homem público tenha acima de tudo a visão do Estado público, do Estado do povo de Santa Catarina, para que o novo Governador que vai assumir tenha as condições mínimas de pegar um Estado ainda em condições de recuperar, de colocar em ordem, de colocar em dia.

Então, essa é a minha preocupação que quero externar no espaço do meu Partido neste dia.

Muito Obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - O próximo horário pertence ao PPB.

Com a palavra o Sr. Deputado Olices Santini por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. visitantes, ocupo o horário do meu Partido no dia de hoje para fazer algumas considerações sobre o último acordo coletivo firmado pela Secretaria da Agricultura e suas empresas com seus funcionários. É um processo que acontece anualmente, haja vista que as duas maiores estruturas da Secretaria da Agricultura, a Epagri e a Cidasc, são regidas pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, seus funcionários são regidos pela CLT.

Esse acordo, Deputado Odacir Zonta, V.Exa. que foi Secretário sabe disso, é assunto de discussão todos os anos com a Secretaria da Agricultura, com os sindicatos que representam os funcionários e as empresas. E este ano aconteceu um acordo que, acredito eu, iniciou a sua discussão ainda no tempo do Deputado Gelson Sorgato como Secretário da Agricultura, o que culminou num acordo que a princípio representava uma vantagem, um avanço, uma conquista para os funcionários, já que o Governo resolveu dar às duas empresas, à Cidasc e à Epagri, um reajuste acima do esperado, com o objetivo de se implantar o plano de cargos e salários que vinha sendo discutido pelas empresas, pelos sindicatos, pelos funcionários há mais de dez anos.

Na verdade, esse acordo, 98/99, firmado concedeu para a Epagri um aumento real de 4.30% e para a Cidasc um aumento real de 9.18%, para ser distribuído com o objetivo, como disse anteriormente, de corrigir distorções no enquadramento dos seus funcionários e recuperar algumas perdas de acordos anteriores.

Esse acordo foi firmado, promulgado com festa na Secretaria da Agricultura, com a presença do Sr. Governador do Estado, com Secretários de Estado, com a convocação de funcionários do interior, porque realmente representava uma doação, um gesto de boa vontade do Governo do Estado para com os funcionários.

O que aconteceu como passo seguinte? Na Epagri foi constituída uma comissão paritária para distribuir entre os funcionários os 4.3% de aumento real sobre a folha, porque não são poucos os recursos, haja vista que todos nós sabemos que a folha da Epagri é uma folha substancial em termos de demanda de recurso do Tesouro.

O acordo firmado e a distribuição desse percentual na Epagri gerou alguns desentendimentos, alguns desconfortos, talvez até algumas pequenas injustiças, mas de uma maneira geral satisfizes os funcionários, e algumas pequenas coisas que ainda hoje existem podem ser corrigidas no futuro.

Agora, para surpresa nossa, na Cidasc aconteceu a grande questão que gostaríamos de apresentar: dos 9.18% de aumento real, Deputado Eni Voltolini, que o Governo concedeu para que fossem corrigidas as distorções salariais existentes, a Diretoria, por sua livre vontade e a seu único critério, resolveu fazer promoções por mérito, sem consultar a Associação dos Funcionários, sem ouvir o representante dos funcionários no Conselho de Administração

e, principalmente, sem ter uma metodologia transparente onde os sindicatos pudessem saber como as questões estavam sendo usadas, onde cada funcionário pudesse ter a tranqüilidade de saber que seus direitos seriam preservados e garantidos, e distribuiu as benesses de Governo a seu critério. E para surpresa nossa, a primeira promoção que aparece na lista é a do senhor Presidente da empresa, Luiz Toresan, que se autoconcedeu um aumento de 59.16%.

Depois disso, vem em cima desses aumentos as vantagens pessoais, que é vantagem por tempo de serviço, representação de cargo, tudo em função do salário base. E não é baixo o salário.

O segundo da lista é o engenheiro agrônomo, ex-Prefeito de Sombrio, Sr. Aldair, mais conhecido nos meios da Secretaria da Agricultura como Polaco, que foi Secretário-Adjunto do Deputado Gelson Sorgato e candidato a Deputado Federal pelo PMDB, que recebeu, também por mérito, 45.04% de aumento.

Depois vêm alguns Prefeitos do PMDB, que são funcionários da Cidasc, como o Prefeito de Ibicaré, o Prefeito de Sombrio, o Prefeito de Ituporanga, e todos os cargos de confiança, Deputado Eni Voltolini, do Governo do PMDB foram agraciados com aumentos substanciais, por única e exclusiva decisão da diretoria da Cidasc.

Todos os diretores receberam aumento. O Diretor-Técnico, José Alves de Souza, recebeu 30% de aumento, o Diretor de Planejamento, Sr. José Cláudio Grande, 25%, o Sr. Moacir Tonet, assim como todos os outros gerentes regionais da Cidasc, recebeu de 25 a 45% de aumento. E como ficaram os funcionários? Na verdade, o acordo coletivo e o primeiro cálculo elaborado estabeleciam que para se corrigir as distorções se daria um aumento de 0.68 a 21%. Quer dizer, a maior distorção requeria 21% para se corrigir e a menor, 0.68. No entanto, alguns não ganharam nada e outros ganharam 59.16%.

Então, fazemos essas colocações, Sr. Presidente e Srs. Deputados, só para lembrar ao Deputado João Henrique Blasi que o Sr. Túlio Tavares dos Santos, Diretor-Técnico da empresa - e eu levantei alguns nomes aqui só para lembrarmos -, recebeu um aumento de 35%. Ele também foi candidato a Deputado Estadual pelo PMDB.

Então, faço essas colocações, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para que esse pessoal não imagine que um absurdo, Deputado Eni Voltolini, dessa grandeza passaria despercebido, porque sob o nosso ponto de vista, além de ser imoral, injusto e ilegal, não pode passar sem nenhuma repercussão.

Gostaríamos de colocar que o fato é concreto, que a Intersindical da Agricultura entrou com duas ações, uma junto ao TRT e outra junto ao Tribunal de Contas, porque os funcionários não aceitam isso.

Então, gostaríamos, Deputado Eni Voltolini, de fazer este registro até para alertar os próprios funcionários que se beneficiaram de que isso é uma coisa absolutamente ilegal.

Eu, particularmente, recomendaria a essas pessoas que se beneficiaram desses aumentos abusivos que não gastem esse dinheiro. Acho que não devem gastá-lo, Deputado João Henrique Blasi, porque V.Exa., que é advogado, sabe que a lei eleitoral não permite aumentos no período eleitoral.

Esse acordo, para surpresa nossa, foi assinado no dia 3 de julho e foi pago no dia 4 de julho, exatamente dentro do período dos noventa dias, que prevê a legislação eleitoral, onde não se pode dar aumento, porque caracteriza uma ação política e, naturalmente, se espera um benefício político.

Não temos dúvida nenhuma de que principalmente em função dos beneficiados, que eram cargos de confiança do Governo, cargos de confiança dos diretores da empresa, caracterizou-se um gesto político, uma motivação para que os candidatos da área da agricultura, principalmente do Partido que lá estava e lá está, trabalhassem mais, se empenhassem mais para que tivessem um resultado positivo em termos de eleições estaduais.

Tínhamos candidatos a Deputado, como o ex-Presidente da Epagri, que esteve presente no dia da promulgação do ato, com grande cerimônia, com o Governador do Estado estabelecendo as regras, mas depois, naturalmente, os percentuais foram distribuídos entre os amigos e os apadrinhados da direção da Cidasc.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Com muito prazer, Deputado, ouço V.Exa., que gostaria de me apartear.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Gostaria, sim, e agradeço-lhe. Até para que inste a nossa imprensa, a nossa mídia, que sempre se faz presente e cobra as questões maiores de Santa Catarina, no sentido de que nos ajudem a denunciar, porque quando estamos vivendo um momento onde o setor público, a prestação de serviços públicos está sendo questionada, quando a comunidade deste País inteiro está a discutir e a tentar eliminar privilégios, estamos assistindo aqui, pertinho de nós, uma demonstração de como as pessoas se valem do momento de ocupar um cargo de confiança, no final de um Governo.

Essas pessoas demonstram que não têm absolutamente nenhuma responsabilidade com o futuro, nem com o da sua instituição, porque estão usufruindo de dinheiro público, esse dinheiro público que muitos acham que é sempre dos outros, mas que é bom tê-lo mais e em maior quantidade. E elas estão aí a dizer para todos nós que algumas pessoas ainda têm o direito de fazer o que elas bem entendem com o dinheiro público.

Deputado Olices Santini, a sua denúncia é para tentar levantar aqui, dentro da Assembléia Legislativa, uma voz para derrubar isso, porque quando o sindicato se manifesta, como fez, pode aparentar apenas uma briga sindical.

Pessoas estão a denunciar alguns dirigentes, que são os que mais deveriam estar preocupados com a saúde financeira da empresa.

Certamente várias vezes essas pessoas foram ao Deputado Gelson Sorgato pedir recursos para a Cidasc, vieram aqui conversar com os Deputados para dizer que deveríamos dar uma atenção maior à Cidasc, para que ela pudesse prestar melhores serviços. E com a mesma facilidade com que essas pessoas se autodotaram de salários astronômicos, incompatíveis e ilegais, afrontando a legislação, estão querendo fazer disso um escárnio a todos nós.

Estamos aí a discutir a passagem de recursos para dar aposentadoria, previdência para pessoas inativas, rombos, equalização das finanças públicas, e essas pessoas não estão nem um pouco preocupadas com isso. Elas querem apenas resolver o seu problema.

O plano de cargos e salários parece que virou projeto de compensação. Não é plano de cargos e salários. Tenta-se premiar pessoas que disputaram um mandato eletivo com aumentos de salários ou uma garantia de que essas pessoas de fato teriam salários independente do resultado da sua disputa também, assim como dotaram pessoas que já tinham sido beneficiadas.

Quando alguém é gerente ou diretor, ele já tem um acréscimo salarial, ele já ganha gratificação, ou seja, já tem um salário maior para exercer aquela função - cargo comissionado ou função gratificada. Mesmo assim não se pôde dar um plano de cargos e salários. Não se pôde dar 0,68%, mas puderam dar cinquenta e poucos por cento para várias pessoas.

Tomara que esta Casa exija da direção da Cidasc uma manifestação clara sobre quais foram os motivos e quais foram os critérios que nortearam esse tipo de alimentação salarial proporcionada, coincidentemente, a alguns.

Ao invés de se estabelecer uma justiça, tentou-se encobrir dando alguns salários que V.Exa. não citou ainda, eis que para algumas pessoas, com valores muito pequenos de salários, foram corrigidas as distorções para poder dizer também que não se atendeu apenas aos grandes, aos dirigentes, aos gerentes, mas também ao corpo funcional.

Então, devemos perguntar quantos foram e quais foram os valores, que certamente não se aproximam nem de perto dos valores que foram dados como prêmio para o mérito dessas pessoas que se apresentaram como dirigentes, como gerentes de uma empresa tão importante para o Estado de Santa Catarina, que de repente é capaz de estar nos noticiários de Santa Catarina, dando a impressão que todo o corpo funcional usufrui desse benefício, mais uma vez, que o funcionalismo público está sendo agraciado com recursos quando o setor privado ainda está tendo esse mesmo benefício.

Em boa hora V.Exa. faz essa denúncia. Esperamos que ela não apenas seja colocada como uma denúncia de alguém partidário, de alguém de um Partido de oposição ao PMDB, porque é isso que pode acontecer. De repente o Deputado Olices Santini vai ter um rótulo PPB, e aí as outras pessoas têm um rótulo de PMDB, dando a impressão que é apenas uma disputa partidária.

Tomara que isso não aconteça, pois essa é uma verdade de privilegiamento dado a algumas pessoas, que até podem ter os seus méritos, mas certamente não são tão especiais assim que mereçam ter percentuais tão elevados num momento onde o País precisa tanto de justiça.

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Muito obrigado, Deputado Eni Voltolini, eu incorporo com muito prazer o seu aparte ao nosso modesto pronunciamento. Temos consciência que o processo é absolutamente imoral, ilegal e que vai trazer prejuízo para a empresa em termos de descontentamento da maioria do grupo de funcionários e desagregação num corporativismo positivo que aquela empresa sempre teve.

Temos a esperança, Deputado Odacir Zonta, que a ação dos sindicatos que representam os funcionários da área da agricultura tenha repercussão no TRT, no Tribunal de Contas, porque realmente essa situação, essa calamidade que aconteceu lá não pode passar assim impunemente. V.Exa., Deputado Eni Voltolini, colocou muito bem que houve uma tentativa de mascaramento do processo, porque muitos funcionários que ganham pouco receberam um pequeno aumento para poder legitimar os aumentos abusivos que se autoconcedeu a direção da empresa.

Eram essas as colocações, Sr. Presidente, que gostaríamos de fazer.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário dos Partidos Políticos, o próximo espaço pertence ao PFL.

Com a palavra o Sr. Deputado Onofre Santo Agostini, por nove minutos.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, vimos aqui várias manifestações com respeito à agricultura. Vimos aqui o Deputado Olices Santini fazendo referência às gratificações estabelecidas na Cidasc. Estava analisando, Deputado Afonso Spaniol, e realmente a agricultura está numa situação difícil, muito difícil.

Sr. Presidente, agora parece-me que a região agrícola voltou a ser castigada. E essa noite, por isso a nossa manifestação, mais uma região foi duramente castigada pelo vendavais, pela chuva de granizo. Os Municípios de Videira, Pinheiro Preto, Caçador, Tangará e Campos Novos sofreram com um vendaval muito grande esta noite, com a chuva de pedra, o que trouxe um prejuízo incalculável a toda a região.

Pela manhã, ainda não havia qualquer meio de comunicação com aqueles Municípios atingidos. O Prefeito de Tangará estava no meu gabinete e também não sabia, porque se encontrava aqui desde ontem. Inclusive procuramos fazer contato com aquela região, mas não havia meio de comunicação, porque o sistema telefônico estava fora do ar pela violência do vendaval ocorrido.

Veja bem V.Exa. que na região atingida a economia quase total é a agricultura ou a fruticultura, principalmente no Município de Pinheiro Preto, Videira, Tangará, que vivem do cultivo do pêssego e da uva. Eles foram realmente muito atingidos com um prejuízo quase total nesse setor. Veja V.Exa. que no final do mês de outubro houve um vendaval no extremo oeste, onde a agricultura foi castigada de uma forma violenta, principalmente nos Municípios de Maravilha, Bom Jesus do Oeste, Cunha Porã, Iraceminha e outros. E graças à ação de alguns Parlamentares conseguimos fazer com que a Secretaria da Agricultura fizesse a entrega aos Municípios atingidos por aquelas chuvas, naquela região, Deputado Herneus de Nadal, Deputado Afonso Spaniol e outros Deputados, das sementes.

Veja V.Exa. a coincidência, ontem a Secretaria da Agricultura estava fazendo a entrega das sementes de milho para aquela região que havia sido atingida pelas chuvas - Maravilha, Cunha Porã, Iraceminha, Bom Jesus do Oeste. Essa região estava recebendo ontem ou hoje semente de milho para replantar o que perdeu nas chuvas. E esta noite, então, essa outra região do Meio-Oeste, muito importante na economia de Santa Catarina - Campos Novos, Caçador, Videira, Tangará, Pinheiro Preto e outros, assim como outras regiões - foi castigada pelo vento e pelas chuvas de pedra, trazendo um prejuízo violento à sua fruticultura.

Deputado Odacir Zonta, na semana passada estivemos representando este Poder no XVIII Encontro dos Produtores de Alho do Brasil, na minha terra, Curitiba, quando discutimos a situação dramática que vive a agricultura por falta de recursos, por chuvas em demasia. E agora mais essa notícia triste para a região.

Dizia-me o Prefeito de Tangará que vai coincidir dois anos sem safra para aquele Município, que tem sua economia baseada na agricultura. Aí não há cristão que agüente, não há agricultor que agüente e não há economia que agüente!

O Prefeito de Tangará, que é do meu Partido, está, assim como tantos outros Prefeitos, apavorado, preocupado, sem saber o que fazer. Sabemos que há corte nas verbas distribuídas pela União, que não pagaram ainda aquele recurso quando foi decretado estado de calamidade pública, e agora sofrem outro castigo com esse novo corte na receita pela União, deixando o agricultor sem dinheiro para plantar.

Srs. Deputados, não sabemos efetivamente o que vai acontecer, por isso trazemos essa preocupação ao conhecimento desta Casa. Já tentamos fazer contato com a Defesa Civil, com o Governo, com a Secretaria da Agricultura no sentido de socorrer aqueles Municípios que se encontram em estado de calamidade pública devido ao fenômeno ocorrido esta noite, e quero fazer um apelo à Assembléia Legislativa para que ajude a minimizar o sofrimento do nosso agricultor.

Os Deputados Herneus de Nadal, Reno Caramori, Gelson Sorgatto, Afonso Spaniol, que são de região agrícola, sabem da dificuldade que a nossa região vive. Estamos numa situação quase de falência e, para piorar, ocorrem esses fenômenos. Então, não sabemos o que fazer.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Deputado Onofre Santo Agostini, de fato, os agricultores, os produtores de alimento do nosso Estado têm se portado como verdadeiros heróis, porque as vicissitudes, as dificuldades, os problemas que eles têm enfrentado realmente nos parece, muitas vezes, até insuperáveis.

Nós esperamos, Deputado, que no futuro também possam dar condições de aparelhamento para os órgãos que vão estar no acompanhamento e na orientação do nosso agricultor, a fim de que nesse novo momento, que é de competição, de elaboração de custos, o nosso agricultor possa competir com os mercados que hoje são globalizados.

Contudo, temos essa grande preocupação não só com a nossa agricultura mas, também, com as nossas pequenas cidades, que costumo chamar de cidades rurais, porque a microempresa e a pequena empresa vêm sofrendo esse resultado negativo conjuntamente com o nosso agricultor, e isso faz com que o empobrecimento esteja presente nos pequenos Municípios em Santa Catarina que dependem da agricultura.

Então é preocupante, Deputado. Nós precisamos de uma política agrícola, precisamos de uma Presidência da República entenda que não é através da recessão nem fazendo com que o agricultor pague a conta do Plano que se conseguirá construir um País justo, forte e que oportunize trabalho e renda para a nossa população.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Agradeço o seu aparte, Deputado Herneus de Nadal.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Caçador realmente foi o Município mais atingido, porque pegou a região urbana, destruindo hospitais, escolas, empresas, benfeitorias, residências. O que aconteceu em Caçador foi uma calamidade, uma coisa nunca vista!

Há dez minutos eu ainda falava com alguém de Caçador que me disse que ainda tem 60 centímetros de gelo acumulado, formado pelo granizo de ontem à tarde. Meu irmão Reni, juntamente com um pessoal, retirou duas caçambas de gelo da sua casa. Foi uma coisa impressionante! Nos últimos 30 anos nunca se viu o que aconteceu agora lá.

A Condec (defesa civil municipal) já está tomando providências, e já encaminhamos uma indicação para que a Defesa Civil do Estado também tome providências, viabilizando recursos ou coisa que o valha, que é de competência do Governo do Estado para com Caçador e toda a região.

Videira foi a menos atingida. Mas nós temos Pinheiro Preto, Arroio Trinta, Campos Novos que foram altamente prejudicados pelo vento.

O furacão passou em Caçador pegando os campos e atingindo as áreas agrícolas em pequena quantidade, felizmente.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Agradeço o seu aparte e incorporo ao meu pronunciamento, solicitando sua permissão para assinar a indicação.

Nós já fizemos contato, Deputado Reno Caramori, com a Defesa Civil do Estado, com a Secretaria da Agricultura. Solicitamos ao Secretário que mande representantes dos órgãos da Secretaria percorrer os Municípios agrícolas para ver o que é possível fazer para defender o nosso agricultor.

Nobre Deputado, quero me solidarizar com V.Exa., que, como eu, representa o Município de Caçador e toda aquela região. E solicito ao Deputado Odacir Zonta que também nos ajude na tentativa de minimizar o sofrimento daquelas regiões atingidas pelo vendaval na tarde e na noite de ontem.

Também solicito o apoio da Assembléia Legislativa para que, junto comigo e com o Deputado Reno Caramori, possamos minimizar o sofrimento do nosso povo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Certamente poderá V.Exa., como toda aquela região, contar com a participação do Poder Legislativo e a minha em especial.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica a justificativa de ausência do Sr. Deputado Norberto Stroisch.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Sr. Presidente, existe no primeiro item da pauta um veto, e solicitaria a V.Exa. que consultasse os Líderes dos Partidos para promover, na fase inicial, uma inversão de pauta, na expectativa que no momento seguinte nós tenhamos *quorum* para poder apreciá-lo, já que terá que ser com votação qualificada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Consultamos as Lideranças dos Partidos sobre a inversão de pauta.

(As Lideranças acquiescem.)

Fica, portanto, a Mensagem nº 3.866/98 como última matéria a ser discutida na pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 279/98, de autoria do Deputado João Henrique Blasi, que retifica redação da ementa e do art. 1º da Lei nº 10.881, de 10 de agosto de 1998, e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 302/98, de autoria do Deputado Gilmar Knaesel, através do qual fica prorrogado para 31 de dezembro de 1998 o prazo a que alude os arts. 32, 33 e 34 da Lei nº 10.885, de 10 de agosto de 1998, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 1999 e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 307/98, de autoria do Deputado Júlio Teixeira, que concede título de Cidadão Benemérito catarinense 'post mortem' ao Sr. Vilson Pedro Kleinübing.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Adelor Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao pastor Adair Mendes, cumprimentando-o, como também a Igreja Evangélica Assembléia de Deus, no Município de Lages, pelos cinquenta anos de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimentos de autoria do Deputado Manoel Mota, que solicitam o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da República, ao Ministro dos Transportes, ao Presidente do Senado, ao Presidente da Câmara dos Deputados e ao Diretor-Geral do DNER pedindo o não-fechamento da balança do posto de pesagem de veículos na BR-101, km 19, em Araranguá.

Em discussão.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Com a palavra o Deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, há uma reclamação quanto à malha rodoviária em razão do abandono, da falta de recursos.

O nosso País tem o luxo de implantar as balanças nas BRs e de simplesmente fechá-las por não pagar seus funcionários. O objetivo da balança é impedir que algumas carretas trafeguem com excesso de peso, para que a pavimentação asfáltica não se deteriore.

Lutamos tanto pela duplicação da BR-101, pela sua pavimentação, e por causa de alguns centavos fecham as balanças em Santa Catarina!

Em Araranguá, é a terceira vez que acontece. Em Itapema funcionava uma balança e fecharam; uma semana depois estava toda arrebentada, e agora não existe mais. Na divisa do Paraná com Santa Catarina havia outra balança. Fecharam-na, está tudo quebrado. E a balança que ainda está funcionando em nosso Estado, a de Araranguá, está prestes a fechar.

Precisamos tomar algumas medidas a respeito, já que investem milhões para a realização de uma obra desse porte e depois, por causa de alguns trocados, fecham-na.

Então, acho que este é o momento. O Parlamento está encaminhando este requerimento ao Presidente da República e a outras autoridades para que façam uma reflexão e olhem para aqueles trinta servidores.

A balança que melhor trabalha no País é a de Araranguá, da Polícia Rodoviária Federal, mas está fechada pela terceira vez. Nós conseguimos reverter outras vezes, mas agora parece que está difícil.

Então, nós temos que levantar essa questão. O que adianta fazermos investimento de pavimentação asfáltica se os caminhões ficam rodando com cinquenta toneladas ou mais?! Temos uma preocupação muito grande, por isso estou levantando isso e pedindo que o Parlamento de Santa Catarina possa se pronunciar, possa encaminhar, para que tenhamos uma resposta altamente positiva.

O Deputado Reno Caramori sabe o que significa esse excesso de peso. Uma carreta que é feita para transportar 45 toneladas bruta de carga leva até cinquenta toneladas, então não há asfalto que resista, não há estrutura de pavimentação que resista! Nós não vamos ter estradas nem agora nem amanhã ou depois.

Srs. Deputados, para onde vão esses milhões de reais investidos no País? Por isso a nossa preocupação!

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Manoel Mota, é importante o registro que V.Exa. está fazendo, e a partir das 17h nós teremos uma reunião da Comissão de Transportes, para a qual convidamos o Diretor 16º DNER, Dr. Ribas, juntamente com o Superintendente da Polícia Rodoviária Federal. Inclusive, poderemos incluir na pauta da Ordem do Dia este assunto que V.Exa. traz com tanta propriedade, porque realmente será a liberação do massacre que fazem às nossas rodovias.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - É preciso que as autoridades passem a ter mais responsabilidade. Nós não admitimos nem podemos admitir que se invista na BR-101 uma fortuna - e o povo brasileiro é que vai pagar, isso é dinheiro também do Banco Mundial, do BIRD, etc. - e não se tenha a competência de manter as balanças, sobre as quais já foi investida outra fortuna.

Por isso estamos fazendo estes requerimentos chamando a atenção, e vamos voltar aqui por muitas vezes para tentar reverter esse processo. O tratamento tem que ser de outra forma, porque não adianta nós nos preocuparmos em reduzir isso e aquilo para ter o equilíbrio financeiro deste País e, depois, ver o nosso patrimônio ser destruído.

Tiram o nosso dinheiro, investem para depois destruir, por incompetência. Esperamos poder reverter esse processo, fazer com que esses funcionários que já estão no aviso voltem a trabalhar e que Santa Catarina possa dar uma resposta: a da seriedade, da competência, da responsabilidade.

Vamos fazer valer o nosso patrimônio, que são as nossas BRs, que carregam a riqueza deste País por esse tapetão preto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Continuam em discussão os requerimentos nºs 531, 532, 533 e 534.

(Pausa)

Não havendo quem os queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.

Requerimento de autoria do Deputado João Henrique Blasi, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro do Estado dos Transportes, manifestando sua preocupação pela redução do ritmo de serviço na duplicação da BR-101 em solo catarinense.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Afonso Spaniol e outros, que requer regime de urgência à tramitação da Emenda Constitucional nº 01/96, que altera o art. 195 da Constituição Estadual.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem telegráfica às Bancadas catarinenses na Câmara e no Senado, apelando no sentido que enviem todos os esforços para a inclusão e aprovação de emenda ao Orçamento Geral da União para 1999, a fim de assegurar recursos para a pavimentação do trecho da BR-282, situado entre São Miguel d'Oeste e a Ponte Internacional Peperi-Guaçu, no Município de Paraíso, fronteira Brasil/Argentina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação, com a participação do Sr. Deputado Afonso Spaniol.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Fazenda, ao Ministro do Planejamento e às Bancadas catarinenses na Câmara Federal e no Senado, pedindo, considerando a necessidade de desenvolvimento do pólo do Porto Seco de Dionísio Cerqueira, empenho no sentido de repasse de recursos já incluídos no Orçamento da União, no valor de R\$400 mil, bem como a liberação de recursos para a conclusão do pátio aduaneiro, via de acesso rodoviário ao Porto Seco, e ampliação do número de fiscais da Receita Federal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Telesc, pedindo a instalação de uma central para no mínimo 150 telefones, para atender a sede do Município de Bom Jesus do Oeste.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Francisco Küster, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado, pedindo que a Secretaria da Saúde providencie as tratativas necessárias ao imediato funcionamento da Unidade de Tratamento de Pacientes Portadores de Insuficiência Renal, instalada em São Miguel d'Oeste.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do Deputado Adelor Vieira, a ser enviada ao Presidente da República, manifestando protesto pela transferência da Delegacia do Serviço de Patrimônio da União do Estado de Santa Catarina para o Estado do Paraná e enfatizando a necessidade de uma revisão, por parte da Presidência da República, em dispositivo do Decreto nº 2.797, de 08/10/98.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Reno Caramori, a ser enviada ao Governador do Estado, pedindo que seja viabilizada a concessão de pensão especial à Srta. Luciana Andréia dos Santos, residente no Município de Caçador.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento de autoria do Deputado Eni Voltolini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Diretor-Geral do DER, pedindo providências para a realização das obras de acesso da SC-474 à BR-101.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Eni Voltolini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Chefe do 16º DNER, pedindo a construção de um retorno a nível ao norte da ponte sobre o Rio Itapocu, a fim de permitir acesso aos bairros Escalvado, Porto do Itaperiú, Santo Antônio, Limoeiro e Santa Luzia, do Município de São João do Itaperiú, bem como facilitar o acesso aos bairros Morro Grande e Barra do Itapocu, do Município de Araquari.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado, encaminhando pleito da comunidade de Linha Gasperini, do Município de Concórdia, no sentido de que seja liberado o auxílio financeiro no valor de R\$150 mil destinado à construção de um ginásio coberto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Eni Voltolini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Diretor Estadual de Defesa Civil, pedindo providências para a doação de 50 cestas básicas à população carente do Município de Irineópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Francisco Küster e da Deputada Ideli Salvatti, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Islâmica do Irã, manifestando preocupação com o destino de 32 integrantes do corpo docente da Universidade BAHA'I Aberta do Irã, presos por autoridades iranianas sem culpa formalizada.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Francisco Küster, que solicita o envio de mensagem telegráfica à representação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura no Brasil, manifestando preocupação com a apreensão de 32 integrantes do corpo docente da Universidade BAHA'I Aberta do Irã, presos por autoridades iranianas sem culpa formalizada.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria dos membros da Bancada do Partido Progressista Brasileiro, que solicita o envio de mensagem de mensagem telegráfica ao Tribunal de Contas, pedindo realização de auditoria especial sobre os empréstimos contraídos e operações financeiras para captação de recursos pela Celesc.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do Deputado Adelor Vieira, a ser enviada ao Governador do Estado, sugerindo atendimento aos moradores de Rancho Grande e Rio da Serra, usuários da ponte que liga as duas localidades, no Município de Monte Castelo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria dos Deputados Reno Caramori, Onofre Santo Agostini e Odacir Zonta, a ser enviada ao Governador do Estado e ao coordenador da Defesa Civil, solicitando atendimento emergencial aos Municípios atingidos pelas adversidades climáticas na região do Meio-Oeste.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento de autoria dos Deputados Gilmar Knaesel e João Henrique Blasi, pedindo a inclusão na Ordem do Dia da sessão subsequente à aprovação deste requerimento do Projeto nº 305/98 e do Projeto nº 314/98.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) Solicito ao Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à chamada dos Srs. Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à chamada dos Srs.

Deputados.)

Estão presentes 20 Parlamentares.

Não há *quorum* para deliberação.

A matéria será incluída na Ordem do Dia da sessão de amanhã.

Terminada a Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

(Pausa)

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, comunicamos que está sobre a mesa uma convocação subscrita pelo Presidente da Comissão de Transportes a todos os seus membros para uma reunião extraordinária a ser realizada hoje, logo após o término desta sessão plenária.

Comunicamos, também, a pauta da sessão de amanhã: além da mensagem de veto que ficou deliberada para amanhã, os Requerimentos nºs 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562 e 564.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 122ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 12 DE NOVEMBRO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Afonso Spaniol - Carlito Merss - Cesar Souza - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Lício Silveira - Luiz Herbst - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Reno Caramori - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declarou aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura do expediente.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Odacir Zonta) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente:

OFÍCIO Nº:

4171/98, do Sr. Diretor do Departamento de Defesa Civil do Ministério do Planejamento e Orçamento de Políticas Regionais, acusando o recebimento de correspondência em que solicita providências urgentes para o atendimento aos Municípios de Santa Catarina atingidos pela calamidade do último dia 10 de outubro.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados à Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Inscrito o Sr. Deputado Volnei Morastoni, a quem concedemos a palavra por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, no dia de hoje estivemos participando de uma importante reunião, na cidade de Chapecó, sobre a situação do Hospital Regional de Chapecó.

Participaram desta reunião os membros da Comissão de Saúde desta Casa, o Sr. Deputado Neodi Saretta, Presidente da Assembléia Legislativa, os Srs. Deputados Pedro Uczai e Norberto Stroisch, Prefeitos, Vereadores, Secretários Municipais de Saúde da Associação de Municípios do Oeste catarinense, bem como representantes do consórcio intermunicipal sobre o Hospital Regional de Chapecó e seus diretores, além do Secretário-Adjunto da Saúde.

Foi uma reunião que eu considero das mais importantes já realizadas nos últimos tempos no nosso Estado com relação à saúde, especialmente, aqui no caso, a situação dos hospitais regionais, a partir da situação do Hospital Regional de Chapecó.

O principal encaminhamento havido nessa reunião, Deputado Gilson dos Santos, agora sem nenhum impedimento que a Lei nº 10.932 poderia ocasionar ao Governo, com o repasse dos valores dos respectivos convênios já liberados, ou seja, a total liberdade para o Governo repassar esses recursos, sem nenhum pretexto, sem nenhum obstáculo por parte da Assembléia Legislativa, foi a imediata regularização destes convênios com os hospitais, que passam por muitas dificuldades.

O compromisso assumido, que foi anunciado pelo Secretário-Adjunto, é que nesta sexta-feira o Governo do Estado repassará 50% dos valores atrasados, quatro parcelas de 200 mil reais cada uma, perfazendo 800 mil reais. Ou seja, nesta sexta-feira ele repassará 400 mil reais e nas próximas semanas, até dezembro, regularizará as demais parcelas.

Esse repasse poderá normalizar o atendimento, que está praticamente suspenso, estão sendo atendidos apenas os casos de situação de risco de vida.

Todos nós sabemos quão importante é a normalidade do atendimento, da prestação de serviços do Hospital Regional de Chapecó, inclusive a quimioterapia - são mais de 100 pacientes portadores de câncer - estava também suspensa. Houve até a intermediação do Ministério Público para que realmente se pudesse reativar imediatamente atividades como esta, pois os pacientes dependentes de quimioterapia não podem, por mais grave que seja a situação, parar o tratamento.

Esperamos que realmente o Sr. Governador assuma o compromisso, que é de até sexta-feira repassar 50% desses recursos atrasados, e, de imediato, complementar com a outra metade, para que o Hospital retome imediatamente à sua normalidade, restabelecendo assim esses importantes serviços que a população do Oeste não pode prescindir.

O Sr. Deputado Odacir Zonta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VONEI MORASTONI - Pois não!

O Sr. Deputado Odacir Zonta - Deputado Volnei Morastoni, gostaria de registrar o competente trabalho, ágil, de posição clara, decidida da Comissão de Saúde, presidida por V.Exa., na interferência desta questão dramática que passa o Hospital Regional de Chapecó e a nossa população do Oeste, da qual nós somos representantes.

Gostaria ainda de cumprimentar o Deputado Gilson dos Santos pela decisão firme. Quando no substitutivo ao projeto de V.Exa., possibilitou retirar a desculpa que o Governo estava dando, anulando os efeitos da lei que previa necessária aprovação da Assembléia para o repasse de recursos.

Esse é o meu sentimento. Pessoalmente, estou pagando para ver o Governo cumprir esta parte. Agora, é pena que o Deputado Gelson Sorgato não esteja presente, pois na terça-feira S.Exa. se manifestou dizendo que o dinheiro estava à disposição, que o impedimento era a lei.

A Assembléia aprovou na terça-feira à noite, o Governador sancionou, ontem foi lido no expediente, portanto, já foi liberado.

Com a chegada do Deputado Gelson Sorgato neste recinto, nós vamos agora cobrar se o dinheiro estava à disposição, porque amanhã virá só 50%, os outros 50% serão liberados somente em dezembro. Então, o dinheiro não existia, era uma desculpa que estava se colocando. Vamos cobrar, sim!

Se está liberado, Deputado Gelson Sorgato, agora o seu papel mais do nunca é cobrar do Governo o imediato depósito dos 800 mil reais. Embora tenham sido ontem encaminhadas duas parcelas, ouvi bem o que foi dito por V.Exa., assim como a imprensa publicou documento do Secretário de Saúde dizendo que não estava repassando e que não reconhecia os quatro meses de atraso porque a lei impedia.

Então, essa é a posição: vamos cobrar. E espero que realmente haja uma solução, porque é impossível, inadmissível continuarem suspensos os atendimentos. Também, Deputado Gelson Sorgato, o pessoal que atua no Hospital Regional tem que ter uma forma mais humana de atendimento.

Era esse o registro que eu gostaria de fazer.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Deputado Odacir Zonta, V.Exa. tem toda a razão em fazer essa observação, porque realmente o Governo não tem agora nenhuma desculpa, e esses recursos, não só essa parcela da metade, mas os outros, têm que ser liberados imediatamente.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Deputado Volnei Morastoni, o que dissemos para esse Governo não tem o que retirar. E quero dizer a V.Exa.: estou torcendo e já cruzei os dedos para o Governo pagar. Mas V.Exa. verá que vai acontecer exatamente aquelas coisas do Ipsc, aquele negócio todo. Quantas tratativas já fizemos aqui? Tomara que tudo dê certo.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Deputados, enquanto alguns fazem discursos aqui, quietinho nós tentamos trabalhar para se ter a solução dos problemas.

Deputado Volnei Morastoni, queremos parabenizar a presença do Presidente da Comissão de Saúde e de outros Parlamentares. Inclusive a Secretária de Saúde do Município de Chapecó repassou a responsabilidade totalmente ao Governo. O Hospital Regional é da região, mas Chapecó não pode se furtar. Só tem um hospital, e eu gostaria de ter números, saber o que a Prefeitura de Chapecó repassa para ajudar a manter o Hospital Regional de Chapecó.

Deputado Gilson dos Santos, no futuro teremos aqui discussões para saber qual é a solução que o Governo vai dar quanto ao encaminhamento ao Hospital Regional, se vai assumir totalmente a folha, se vai manter aquele convênio de 200 mil reais mensais, se vai pagar em dia, se vai atrasar, se vai haver bloqueio de recursos, como está havendo na renegociação da dívida, ou como aconteceu, extra-oficialmente, quero dizer aqui, na renegociação da dívida do crédito de emergência.

O Banco do Brasil reteve, não tenho oficialmente aqui dados e nem autorização para falar, mas eu sei que o Banco do Brasil - porque o Estado de Santa Catarina é avalista do crédito de emergência, e aqui se pregou, e nós até trabalhamos que o agricultor não tinha condições de pagar - reteve essa semana 07 milhões e 200 mil reais do crédito de emergência. Aí se discute por que não se paga isso, aquilo, por que não faz isso, aquilo. Na verdade, temos que ter uma discussão ampla das dificuldades que tem para pagar. Se não pagou tudo, pelo menos amenizou uma parte.

Queremos parabenizar a Comissão. Veremos no futuro aqui esses discursos, nós vamos nos pronunciar futuramente se os compromissos também que terão serão assumidos e não se vai jogar: não, porque o Governo passado deixou. Não, depois teremos o Presidente da República, depois teremos os recursos suficientes para cobrir todas as despesas que o Estado de Santa Catarina tem.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, para concluir, também quero dizer que a segunda parte da reunião foi extremamente importante, porque, aproveitando a situação que está ocorrendo com o Hospital Regional de Chapecó, gostaria de dizer que é a mesma situação que ocorre com outros hospitais regionais do Estado, como o de Curitiba, de Rio do Sul, de Joinville, de Itajaí, de Araranguá, outros hospitais que o Estado tem, que estão cedidos para terceiros e que passam por crise semelhante.

Então, o debate sobre proposta de modelo de gestão desses hospitais, o que fazer com esses hospitais para que eles não fiquem volta e meia, de tempo em tempo, sempre nesta situação de crises que se prolongam indefinidamente.

Aproveitando a oportunidade, gostaria de registrar que o Hospital Regional de Chapecó está há um ano aproximadamente sendo administrado por um consórcio intermunicipal.

Foi encaminhada aí a composição de um grupo de trabalho a partir dessa representação que estava presente na reunião, para estudar esse modelo de consórcio intermunicipal implantado lá, apresentar correções, sugestões, propostas de melhoria desse modelo de consórcio intermunicipal, até para que se possa abrir um debate, especialmente com o futuro Governo, sobre um modelo de gestão para os hospitais regionais do Estado.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário reservado aos partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PSDB, passaremos ao horário destinado ao PPB.

Com a palavra o eminente Líder, Deputado Gilson dos Santos, por até dezoito minutos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Sr. Presidente, nobres Deputados, até nem pretendo ocupar os dezoito minutos, mas eu gostaria de saudar o eminente Deputado Ivan Ranzolin, eis que já faz alguns dias que não tenho oportunidade de abraçá-lo pessoalmente, portanto, gostaria de fazê-lo neste momento, através desta tribuna.

Eu gostaria de continuar as colocações que estavam sendo feitas aqui, tanto pelo Deputado Volnei Morastoni, quanto pelo Deputado Gelson Sorgato e o Deputado Odacir Zonta, e valer-me até do aparte que foi dado pelo Deputado Gelson Sorgato, que diz que houve a retenção, por parte do Banco do Brasil, da importância de sete milhões e cem mil, se não me falha a memória, referentes ao crédito de emergência dos agricultores.

Vou tentar desenvolver um raciocínio a respeito também dos problemas dos hospitais regionais. Em Chapecó eclodiu essa crise, e vamos ser aqui absolutamente claros: todos têm uma parte de responsabilidade, o Governo do Estado, pelo descumprimento dos convênios. Mas os hospitais regionais, na sua grande maioria, quanto às suas despesas, têm que obedecer ao grau de justiça de todos os Municípios da região.

A Comissão que foi formada no Hospital Regional de Chapecó também deve ter a sua responsabilidade, como o corpo médico também deve ter a sua responsabilidade, como os servidores também devem ter a sua responsabilidade.

O que importa dizer é que se cada um tivesse cumprido o que foi comprometido através de documentos, convênios, contratos, etc., o Hospital Regional de Chapecó não estaria vivendo essa crise de inadimplência que impede até, como disse o Deputado Volnei Morastoni, a aplicação de quimioterapia nos doentes de câncer. Isso, realmente, causa-nos muita preocupação.

Quando eu disse que torceria para que o Governo do Estado de Santa Catarina pagasse os compromissos que tem não só para com o Hospital Regional, como também todos os seus compromissos, muitos deles constitucionais, é porque foi atribuído a nós, e até me chamaram de poderoso, que a nossa lei era uma lei que não impedia, em absoluto, que o Governo do Estado cumprisse os seus compromissos.

A comprovação do que estou afirmando é exatamente, Deputado Odacir Zonta, o que V.Exa. colocou. Se tivesse dinheiro, não era a lei que estaria impedindo. E se tivesse dinheiro, teria que pagar todos os atrasados.

Ora, o que não podemos fazer é jogo de palavras. Eu sei, Deputado Volnei Morastoni, que V.Exa. realmente tem feito uma luta digna dos maiores elogios não só como Presidente da Comissão de Saúde, com a participação de outros Srs. Parlamentares, mas V.Exa., que conhece muito bem a saúde de Santa Catarina e do País, realmente tem que convir que algumas coisas não estão sendo feitas da maneira como deveriam.

Acho que todo mundo tem que fazer uma mea culpa e procurar desenvolver um trabalho que viabilize não só a Saúde em Santa Catarina como, também, no País. Acho até, e não sou um conhecedor profundo, que a Saúde é o setor do País - Santa Catarina também está incluída nisso, e sempre tivemos o Estado, neste particular, um pouco melhor do que estamos atualmente - que enfrenta as maiores dificuldades.

A Saúde em Santa Catarina talvez seja o maior problema dos governos daqui para a frente. E aí não pode ser governo isoladamente. Tem que ser todos.

Estamos vivendo, por exemplo, no campo do servidor público, a pior crise. Ainda ontem aprovamos aqui uma suplementação de verba ao Ipsc de cento e poucos milhões de reais. Demos o instrumento, agora, o recurso eu não sei se existe, até porque, em todas as oportunidades, o Governo busca dar algumas desculpas pelo não-repasse de várias verbas para este Estado.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, acho que a Saúde é uma questão de nós todos, e aí esta Casa pode ajudar e muito. Agora, todo mundo tem que sentar à mesa, assumir responsabilidades e cumpri-las. Notem bem, eu estou falando todo mundo - médicos, enfermeiros e empresas que estão fazendo terceirização desses setores -, porque, pelo que me consta, a grande maioria sai de um só, sai do povo, sai do Governo Federal, ou do Governo Estadual ou do Municipal.

Então, Deputado Volnei Morastoni, é por isso que entendo que esse assunto realmente merece um capítulo todo especial, para que os futuros administradores tenham um pouquinho mais de sensibilidade, juntamente com todos esses setores que citei, objetivando a resolução deste que é um problema seriíssimo para todos nós.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Deputado Gilson dos Santos, considero muito valiosas as suas considerações, do enfoque como V.Exa. está fazendo sobre a questão da Saúde.

Realmente, essa responsabilidade deve juntar todos os setores, todas as forças, em todos os níveis. E quando falamos isso, falamos no Federal, Estadual, Municipal e na sociedade como um todo.

Esse foi um dos encaminhamentos dessa reunião, ou seja, de que precisamos juntar, conjugar e somar esforços de todas as formas, inclusive chamando o Fórum Parlamentar Catarinense, todos os Poderes, o Município, a sociedade civil e as organizações não-governamentais.

Precisamos abrir um debate com o Governo Federal sobre o teto financeiro de Santa Catarina. Quer dizer, Santa Catarina tem hoje um teto financeiro que recebe do Governo Federal para as suas obrigações que realmente está defasado.

Afora isso, somam-se outros fatores, como a falta de vontade política de dar à Saúde a prioridade que merece.

Então, debatemos em nível de Orçamento do Estado um maior compromisso do Estado com a Saúde, pois, pelos levantamentos que temos, o Estado não passa de 5 a 6% na aplicação dos recursos próprios do Estado em Saúde.

Estão, muito aquém do necessário, do que o Estado precisa, e se não de uma vez só, chegar aos 10%, mas aumentar progressivamente.

Ainda não tenho dados, digamos assim, apurados, fidedignos, não tenho ainda condições, mas à primeira vista, ao analisar a parte do orçamento da Saúde para o ano que vem, parece-me que os recursos são menores proporcionalmente do que os recursos de 1998 para a Saúde em Santa Catarina, na parte do Orçamento do Estado.

Portanto, se precisamos ter maior responsabilidade do Governo Federal, temos também que ter maior responsabilidade do Governo Estadual e dos Municípios, para podermos juntar forças com a sociedade e vencer este desafio, uma vez que a saúde diz respeito à vida e, por isso, é a prioridade das prioridades.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Muito obrigado, Deputado Volnei Morastoni.

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - Deputado Gilson dos Santos, na Saúde acontecem coisas impressionantes. Há dois anos, participávamos de uma Comissão Parlamentar Externa para averiguar esses problemas do Hospital Regional de Chapecó. Naquela época, já foi constatado que existia - não sei se ainda hoje existe esta realidade - equipamentos, no entanto sem médicos, sem especialistas para trabalharem com esses equipamentos.

Naquela época, existiam já convênios com Prefeituras da região, que estavam começando a não pagar mais os convênios pela lentidão com que este Hospital funcionava. Hoje eu sei, Deputado, que existe em São Miguel d'Oeste um

aparelho de hemodiálise para pacientes com problemas renais, no entanto, está lá para ser acionado. E os pacientes se deslocam de Itapiranga para Chapecó, para fazer esse tratamento.

Então, existem coisas que não entendemos como acontecem. Realmente existe isso, e é preciso ter uma vontade de planejamento, tratar com muito mais seriedade a questão da saúde em nosso Estado.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Eu agradeço o seu aparte, Deputado Afonso Spaniol.

A propósito, Deputado Volnei Morastoni, nós falamos muito em fundos. Tira-se 2% daqui, 10% dali, 10% de lá, 25% do outro lado, e eu acho que os Governos daqui para a frente vão ter que criar um organismo só para administrar fundo, porque o dinheiro só sai de uma fonte, que é a arrecadação dos impostos, e não só de Santa Catarina, mas do País todo.

Então, parece-me que com um pouco de discernimento de todos os setores ouvidos na questão da saúde, abrindo o jogo da maneira mais sincera possível, assumindo as responsabilidades que são inerentes a cada um, nós podemos caminhar por uma boa saúde, e é isso sinceramente que eu espero.

Deputado Sorgatto, V.Exa. diz que sete milhões do Fundo da Terra, um crédito de emergência, foram bloqueados pelo Banco do Brasil. Eu queria dizer a V.Exa. que ele deve ter tido uma razão muito forte; no mínimo, o Governo do Estado descumpriu mais alguma coisa. Porque para reter, só se houver condição legal; se não houver condição legal, não há como reter recursos do Estado.

Por isso, é que é muito importante, e eu sei que ser governo é uma coisa muito difícil, sei que as aspirações da comunidade são muito maiores do que as reais possibilidades do Governo em dar atendimento. Mas uma coisa é certa: tem que se cumprir aquilo que está determinado na Constituição do Estado e na Constituição Federal.

Lamento, Deputado Gelson Sorgatto, que um recurso que é tão importante para a agricultura esteja sofrendo esse tipo de bloqueio, porque houve descumprimento de outras partes pelo Governo.

A rolagem da dívida, V.Exa. sabe muito bem, foi um contrato que retém 13% da arrecadação do Estado. Portanto, o futuro Governo já vai ter que trabalhar só com 87% de arrecadação, porque o resto, automaticamente, vai ficar lá.

O Sr. Deputado Gelson Sorgatto - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Ouço V.Exa., Deputado Gelson Sorgatto, até por que o citei.

O Sr. Deputado Gelson Sorgatto - Deputado Gilson dos Santos, vai trabalhar com 87%, mas os Governos anteriores, acredito, trabalharam até com menos de 87%, não acontecendo a rolagem da dívida.

Mas a solução tem que acontecer, Deputado. Vemos aí o financiamento do crédito de emergência em torno de vinte milhões, com dois vencimentos, e os pequenos produtores rurais, pela perda da

safrá, não tinham condições de honrar os compromissos via BNDs. O Governo Federal passou esses recursos via Banco do Brasil, Besc, que só foram os intermediários para agilizar esse repasse, tendo o Governo do Estado sido o avalista.

Como não houve o pagamento pelos agricultores, o avalista fica de responsável, e esses recursos foram retidos. Mas acredito eu que os nossos pequenos produtores também merecem atenção, e legalmente ninguém iria reter dinheiro se não fosse pela parte, pelo compromisso assumido pelo Governo.

Esse dinheiro serviria para quitar alguns compromissos, mas o barco está andando e os compromissos são bastantes. Esperamos que no resgate desses recursos dos agricultores esse dinheiro retorne para honrar os compromissos que o Estado tem.

As dificuldades são grandes, tanto na área da saúde, quanto na educação e na agricultura, e nós teremos desdobramentos disso. No próximo ano, as dificuldades serão debatidas aqui, acredito eu, Deputado Gilson dos Santos.

Governar não é fácil! Assistiremos a isso desta Casa e estaremos nesta discussão para melhores dias para o povo catarinense.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Deputado Gilson dos Santos, um dos desdobramentos que vai ocorrer dentro dessa sequência, segundo o raciocínio do crédito de emergência, é o Codefat, Conselho Nacional do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Inclusive, tenho cópia de um ofício aqui, o qual trata do convênio Banco do Brasil/Besc.

Fizemos aqui um projeto para a prorrogação do crédito de emergência por mais um ano, que deveria consolidar-se com a aprovação do Codefat, mas não foi aprovado. E aí o Banco do Brasil vai cobrar do Estado, já está descontando.

Outro detalhe que está implicando na busca de mais crédito, com a inadimplência do crédito de emergência, é que os agricultores, neste momento, estão impedidos de buscar o Pronaf.

Então, é uma sequência de problemas que vamos presenciar daqui mais uns dias, e problemas para resolver.

Quereria levar ao conhecimento de V.Exa. que não conseguimos consolidar essa tramitação e que temos um outro problema para resolver, que é uma emergência que continua pendente.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Muito obrigado, Deputado Idelvino Furlanetto.

Antes de encerrar o meu pronunciamento, Sr. Presidente, eu queria, em nome da Bancada do Partido Progressista Brasileiro, dar as boas vindas aos alunos e professores do Colégio Pedro II, de Blumenau, que nos honram com sua presença, desejando que fiquem completamente à vontade e que sempre voltem à Casa Legislativa de Santa Catarina.

Muito obrigado por sua presença. Fiquem com a certeza de que para nós é uma grande alegria e satisfação tê-los aqui neste Poder.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - A Mesa também quer registrar, com muita satisfação, a presença honrosa dos estudantes do Colégio Pedro II e professores do Município de Blumenau. Fiquem bem à vontade.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PFL, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Na havendo oradores do PMDB que queiram fazer uso da palavra, livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Na havendo quem queira fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

Comunicamos a justificativa de ausência do Sr. Deputado Eni Voltolini.

Temos matérias para deliberar, mas é visível a falta de *quorum*, razão de todas as matérias constantes da pauta da Ordem do Dia desta sessão, incluindo os requerimentos, serão transferidas para a sessão da próxima segunda-feira.

Terminada a Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Na havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Na havendo quem queira fazer uso da palavra, comunicamos a pauta para a sessão de segunda-feira:

Discussão e votação em turno único da Mensagem nº 3.866/98, do Projeto de Lei nº 305/98 e do Projeto de Lei nº 314/98.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para segunda-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 123ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 16 DE NOVEMBRO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - Cesar Souza - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Ivan Ranzolin - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olíces Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Udo Wagner - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Secretário "ad hoc", Deputado Jaime Mantelli que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Secretário "ad hoc", Deputado Jaime Mantelli, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SECRETÁRIO "AD HOC" (Deputado Jaime Mantelli) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente: MENSAGENS DO SR. GOVERNADOR DO ESTADO N°S:

3910, comunicando a sanção do projeto de lei que autoriza a abertura de crédito suplementar em favor da Fundação do Meio Ambiente;

3911, comunicando a sanção do projeto de lei que autoriza a abertura de crédito suplementar em favor do Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural;

3912, comunicando a sanção do projeto de lei que autoriza a doação de imóvel no Município de Bocaina do Sul;

OFÍCIOS N°S:

0279/98, do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Laguna, reportando-se ao Decreto Legislativo nº 18.112/98;

1148/98, do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Botucatu, encaminhando Requerimento nº 718/98, aprovado na sessão plenária desta Casa;

1418/98, do Sr. Coordenador Regional/FNS/SC-Substituto, encaminhando cópia do convênio nº 1836/98, firmado entre a Fundação Nacional de Saúde e a Secretaria de Estado da Saúde;

1927/98, do Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Joinville, encaminhando Moção nº 141/98, aprovada na sessão plenária desta Casa.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Na havendo oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Sr. Presidente e Srs. Deputados, estou até certo ponto surpreso, porque vou tratar de um assunto que, infelizmente, já se tornou normal de um tempo para cá, que é o problema relacionado com o pagamento do servidor público de Santa Catarina.

Na última quinta-feira, notícias nos deram informações, tanto através dos meios de comunicação quanto de funcionários que trabalham na feitura e na liberação das folhas de pagamento, que o Governo pretendia pagar o restante do mês de setembro àqueles que recebem mais de 1,5 mil reais e iniciaria o pagamento do mês de outubro para aqueles que percebem até 500 reais.

Já havia até sido dada a autorização para atingir esse desiderato

quando uma ordem superior informava, e hoje já está nos meios de comunicação também, que se pagaria o mês de setembro até 1,5 mil reais e se pagaria o mês de outubro até 500 reais. Isso quer dizer, Deputado Eni Voltolini, que aqueles que percebem mais de 1,5 mil reais por mês já terão o mês de setembro atrasado, o mês de outubro atrasado, e a tendência é lamentavelmente muito ruim para os servidores que têm os seus compromissos. Parece que isso não está sendo levado em conta pelo atual Governo, porque a água, a luz, o telefone, as contas dessas pessoas não sofrem a mesma adaptação que está sofrendo a remuneração dos servidores públicos de Santa Catarina.

Parece-me que isso tem que ser devidamente explicitado pelo Governo, que agora tem a alegação de que o Governo Federal está retendo receitas do Estado de Santa Catarina e que a culpa agora é do Governo Federal. E isso não está muito claro. O que eu queria era realmente clareza. Li há uns quinze minutos que a Deputada Ideli Salvatti pretende ir ao Fórum Catarinense para a liberação daqueles recursos que o Governo alega que estão sendo bloqueados pelo Governo Federal.

Agora, o que me parece realmente muito estranho é que tudo encaminhava-se para o pagamento daqueles que percebiam mais de 1,5 mil reais relativo ao mês de setembro e se pagaria do mês de outubro até 1,5 mil reais. Mas isso infelizmente não está ocorrendo. Parece-me que esta Casa tem que ter, por parte da Secretária da Fazenda, a clareza absoluta do porquê que no último momento alguém determinou que não fosse pago.

Eu não quero aqui, Deputado Pedro Uczai, levantar nem um tipo de notícia ou de suspeita, mas me parece que uma ação dessa natureza, se iam pagar, é porque houve prioridade para outros

pagamentos que não os pagamentos relativos aos servidores públicos, por exemplo: empreiteiras, prestadoras de serviço, outros convênios; porque realmente o dinheiro desapareceu. E isso, acho, o Sr. Secretário da Fazenda terá que dizer de maneira muito clara, ou seja, o que está ocorrendo, para que todos nós saibamos e possamos inclusive colaborar. Se o problema é a retenção da receita no Governo Federal, vamos trabalhar no sentido de que as coisas sejam, no mínimo, negociadas e acertadas para que o servidor público de Santa Catarina não seja mais uma vez o bode expiatório dessa lamentável situação financeira em que nos encontramos.

Eu fico também preocupado porque alegavam aqui que a culpa é da lei, a qual foi palco de uma votação célere. E eu atribuo essa responsabilidade a mim, porque eu que disse que se o problema era a lei, então, iríamos derrubá-la. Mas parece que já houve alguns pagamentos de convênios aos hospitais regionais em duas parcelas, se não me falha a memória.

É importante que saibamos exatamente o que está ocorrendo, até com o objetivo de buscar colaborar no sentido de que o servidor público de Santa Catarina seja socorrido neste momento, porque os juros deles nos bancos continuam mais de 10% ao mês. E é evidente que o Governo está sendo responsável por uma bancarrota financeira daqueles que procuram cumprir os seus compromissos exatamente em dia.

Por isso, eu não poderia deixar de fazer, neste momento, este registro. Quero crer que o Governo tem condições de nos dar exatamente um espelho correto da arrecadação, um espelho correto dos compromissos, para que possamos tirar a dúvida por que alguns pagamentos estão sendo priorizados em detrimento daqueles que deveriam estar creditados aos servidores públicos de Santa Catarina.

Nós queremos, já de antemão, Deputado Lício Silveira, no momento que V.Exa. adentra a este Plenário, dizer que procuraremos fazer todo o possível no sentido de colaborar, objetivando fazer com que o servidor público de Santa Catarina reinicie o recebimento de sua remuneração em dia, dentro do prazo constitucional.

Nós, sem dúvida alguma, estamos muito preocupados. Não existe por parte do Governo uma abertura clara a respeito desse assunto. Nós temos algumas notícias esparsas que vão ao encontro daquilo que estamos entendendo, que é o que está ocorrendo: prioridade a outros pagamentos que não aqueles dos servidores públicos.

O Sr. Deputado Lício Silveira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não.

O Sr. Deputado Lício Silveira - Nós estamos tomando conhecimento, Deputado Gilson dos Santos - não sei se V.Exa. abordou isso ou não -, que chegou ao Governo do Estado um valor em torno de R\$35 milhões (isso na semana passada), e esse dinheiro podia ser muito bem aplicado nessas despesas de pessoal. Mas tudo indica que esse dinheiro foi desviado para uma outra rubrica.

Eu acho que isso é grave, e a Assembléia Legislativa deveria tomar um posicionamento muito forte com relação a isso.

A conversa é em torno de R\$35 milhões que poderiam suprir as despesas de pessoal.

Os funcionários que percebem até R\$500,00 recebem hoje, amanhã, se não me engano, é até R\$1.000,00, na quarta-feira é até R\$1,5 mil e acima de R\$1,5 mil sabe Deus quando, ou melhor, ainda tem, este Governo, a ousadia de colocar no jornal que é para pagamento em outras folhas, para as próximas outras folhas de vencimento.

Se o recurso existe, e nós precisamos comprovar, então, deve estar sendo canalizado em primeiro lugar para outra coisa.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - O que está se encaminhando são algumas notícias, que também estão no jornal. Por exemplo, a Deputada Ideli Salvatti afirma que está na hora de saber de que lado está o futuro Governador do Estado.

Eu gostaria apenas de dizer à Deputada Ideli Salvatti que a responsabilidade do Governo que aí está é de S.Exa., porque ela votou, o seu Partido votou nele naquele segundo turno das eleições de 1994. Só queria dizer isso à Deputada Ideli Salvatti, porque ela também é responsável pelo Governo que aí está.

Quanto ao futuro Governador, é evidente, Deputado Lício Silveira, que ele não tem absolutamente nada a ver com esse bloqueio da arrecadação do Estado de Santa Catarina, porque para o futuro Governador tanto faz ele ter a oportunidade de pagar o servidor como receber o Governo em dia, sem pagamento do servidor! Essa é a grande realidade, porque o dinheiro é um só!

Agora, o que eu não posso conceber é que seja atribuída ao futuro Governo... Ela foi até atribuída à lei do ICMS, não é, Deputado Lício Silveira, que nós não fizemos aquela emenda e estamos pensando seriamente em fazê-la, porque vamos buscar se efetivamente houve arrecadação ou não houve arrecadação daqueles tributos em atraso... Mas a realidade é que há necessidade, e urgente, de se ter clareza, por parte do Governo Estadual, inclusive, desses 35 milhões que V.Exa. está afirmando que estão desbloqueados e que vieram para o caixa do Estado.

Se esses 35 milhões vieram para o caixa do Estado, o Governo não paga o servidor público de Santa Catarina porque priorizou outras coisas que não o salário do servidor do Estado.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero que fique registrado nos Anais desta Casa o meu pedido de desculpas ao Deputado Gilson dos Santos por ter pisado no seu calo, sem querer, e parece que foi uma coisa terrível pela sua expressão.

Gostaria de continuar, Deputado Gilson dos Santos e Srs. Deputados, nesta

linha de atuação. Na semana passada fiz aqui uma colocação a respeito da rolagem da dívida, aliás, foi um pronunciamento manifestando a nossa preocupação.

Essa rolagem da dívida que foi feita no ano passado, uma lei que nós aprovamos aqui, ela foi colocada em prática em março deste ano através de um contrato. Bom, tudo bem. Só que em 30 de dezembro, agora, o Estado é obrigado a pagar 20% daquela dívida arrolada. Uma bagatela de 267 milhões de reais. Alienou, indevidamente, ações da Celesc, o que não poderia ter feito, porque a lei estadual não permitia essa alienação de ações. Alienou imóveis, a lei permitia, e alienou também créditos, segundo uma resolução que não lembro, mas são créditos que o Estado tem junto à União, se eu não me engano, com créditos imobiliários.

Bom, tudo isso aí é obrigado a passar pela Assembléia Legislativa. Tem que ter a autorização da Assembléia Legislativa para fazer com que este valor seja realmente pago, quer seja por ações, quer seja por ativos ou quer seja por qualquer outra coisa.

Infelizmente, acho que isso não está acontecendo. Estamos perto do dia 31 e até agora nenhuma atitude do Governo veio a esta Casa. Paralelamente, na semana retrasada, fiz um pronunciamento aqui sobre a situação das Centrais Elétricas de Santa Catarina, extremamente endividada, pois são 20 milhões de reais pegos do Banco Real, mais comercialização, Deputado Gilson dos Santos, de 50 milhões de dólares em *commercial papers*, que poderão ser resgatados agora em dezembro.

Eu até denunciei nos jornais que eles recuaram na forma como estavam fazendo o empréstimo. Eles estão, agora, atendendo a uma resolução do Banco Central com relação a esse empréstimo, mas não temos acesso. Infelizmente não estamos tendo acesso a essas informações, só isso.

Espero que não vinculem, para o ano que vem, com a receita, esses empréstimos, que dizem que é em torno de 70 milhões de reais, para cobrir os 50 milhões de dólares, mais as comissões e os juros. Só espero que não vinculem ao consumo, ao faturamento da empresa, porque aí vai colocar a empresa numa situação delicada.

Fora isso tomamos conhecimento, Deputado Gilson dos Santos e Deputado Eni Voltolini, que adentraram ao Governo, na quinta ou sexta-feira da semana passada, 35 milhões de reais. Essa confirmação nós temos não através de forma documental, mas através de informações sérias. E o pessoal, como eu disse há pouco aqui, é pago de que forma? Até 500 reais, hoje, amanhã até 1.000 reais, depois de amanhã até 1.500 e mais de 1.500 sabe Deus quando.

Estamos no dia 16 de novembro e temos, praticamente, uma arrecadação e meia para entrar. Significa dizer que temos ainda para pagar parte do salário de setembro aqueles que ganham mais de mil e quinhentos reais, todo o salário de outubro, todo o salário de novembro, o de dezembro e o 13º salário. São quatro e um pouquinho com uma arrecadação e meia. Sabe Deus o que vai acontecer.

Então, na realidade, é que foi bloqueado algo porque o Estado não cumpriu adequadamente o contrato que ele mesmo assinou com o Banco Central. E eu denunciei aqui, contestei aquele contrato, porque foi mal elaborado.

Em função dessas dificuldades todas, inclusive pelas informações que me chegaram na sexta-feira, a situação da Casan também não era das melhores. Então, solicitamos uma auditoria infelizmente só dentro da Celesc, com a diretoria, para constatar os aspectos com relação à situação financeira e também com relação aos adiantamentos dados a certas Prefeituras por conta da taxa de iluminação pública, cujos recursos, segundo informações que me chegaram, boa parte não foram aplicados em iluminação pública mas, sim, no pagamento de outras necessidades dessas Prefeituras. Aí é o fim da picada.

Por isso, essa auditoria vai esclarecer somente a Celesc. Mas a preocupação é tanta que eu acho que a Comissão de Finanças nesta Casa, presidida pelo Deputado Gilmar Knaesel, tem que tomar uma atitude com a Comissão de Justiça e fiscalizar de perto.

Então, acho que a Comissão de Finanças e também a Comissão de Serviços Públicos poderão tomar alguma atitude com relação ao Tribunal de Contas e colocar o Tribunal de Contas junto da Secretaria da Fazenda para fazer as coisas dentro da determinada prioridade, porque as prioridades que estão dando são prioridades esquisitas, para não chamar de outra coisa.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Pois não.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Deputado Lício Silveira, ouvi atentamente as suas colocações no que diz respeito à Comissão de Finanças. Eu quero dizer a todos os Deputados que estamos há muito tempo lutando para fiscalizar o Orçamento do Estado com uma interligação do sistema *on line* junto ao Ciasc, estamos requisitando isso há dois anos, inclusive está na lei, e até hoje não nos foi cedido, mas temos acompanhado, sim, através do Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas, que é um órgão auxiliar, tem hoje a fiscalização *on line* com todos os Municípios de Santa Catarina. Ele acompanha todos os Municípios, só não acompanha o Poder Executivo Estadual. Recebe as informações de dois a três meses após.

Nós estamos aqui trabalhando na Comissão do Orçamento Regionalizado, olhando todos os atos que o Executivo faz através do Diário Oficial. De lá nós estamos buscando as informações, um trabalho burocrático, lamentável, arcaico, mas está sendo feito. Infelizmente é dessa forma que estamos agindo.

Agora, V.Exa. tem toda razão em dizer que o Governo não tem dado prioridade ao pagamento do pessoal. Foram liberados e desbloqueados mais de trinta milhões de reais. Mas como se sabe, foram consideradas outras prioridades. Essa semana nós vamos saber através do Diário Oficial novamente.

Então, é isso que está acontecendo. Agora, a sua colocação, eu acho que aí é uma questão de Poder até, do nosso Poder, da Assembléia Legislativa ir ao Tribunal de Contas exigir que ele faça a sua parte e cumpra a sua colocação de colocar técnicos dentro da Secretaria da Fazenda para ver aonde está indo o dinheiro.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Em tese, eu concordo plenamente com V.Exa. Agora, temos que tomar uma atitude firme, porque é fim de mandato e temos um Governador que pisa nos seus próprios companheiros, que faz algumas surpresas inadequadas com o dinheiro público. É muito fácil eles manipularem dinheiro sem dar satisfação para ninguém e colocar a culpa nos Deputados desta Casa. Uma hora dizem que é por causa do convênio, outra hora dizem que é por causa do bloqueio, outra hora ainda é por causa do ICMS, por causa da dívida ativa, porque não entrou recurso ou porque a emenda do Deputado Gilmar Knaesel quer retardar para janeiro e assim por diante.

Só acho que devemos colocar às claras uma atitude desta Assembléia com relação ao Tribunal de Contas e fazer com que o Tribunal aja de uma maneira eficiente, de tal forma que os recursos sejam encaminhados em primeiro lugar aos funcionários públicos.

Aliás, fala-se que o Governo eleito não daria preferência a esse aspecto, mas quero dizer a todos os senhores que o número um será regularizar os pagamentos dos funcionários públicos. Essa é uma herança muito pesada.

Eram essas as considerações que gostaríamos de fazer.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Spaniol) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, segunda-feira, os primeiros minutos são destinados à Bancada do PPB por até dezesseis minutos.

Inscrito o Sr. Deputado Eni Voltolini por até dezesseis minutos.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, catarinenses, Deputado Lício Silveira, V.Exa. que teve a preocupação de recomendar ao Deputado Gilmar Knaesel uma providência com relação à Comissão de Finanças, eu queria pedir a V.Exa. que continue atento para outra questão que pedi a V.Exa. da última vez quando falava sobre Celesc - privatização. Eu quero ainda ouvir o seu pronunciamento e não o aparte, o seu pronunciamento completo a respeito da situação sobre o encaminhamento das ações.

Continuo a dizer a mesma coisa que falei: daqui a dois meses haverá uma nova assembléia, um novo conjunto de Parlamentares, melhor dizendo, e a situação da Celesc poderá estar bem diferente do que até agora nós imaginamos que ela esteja, porque nos falta (e é verdade) um conjunto de informações suficientes para que tenhamos a leitura completa das várias interferências e inferências colocadas nesses processos de negociações que o Estado de Santa Catarina está a fazer, para tentar chegar até o final do seu mandato.

Quando V.Exa. diz aqui da sua preocupação com relação ao futuro da Celesc, quero lhe dizer que estou neste momento já quase com a certeza, mas por causa disso quero ver esses números de

forma organizada e detalhada, de que o processo de gerenciamento, de administração efetiva da Celesc, já não é mais do Estado de Santa Catarina, ao se avaliar os comprometimentos acionários daquela instituição, para que daqui a dois meses não se diga aqui que o Governo de Esperidião Amin caminhou para o processo de privatização. E para que pessoas de má-fé não digam isso, quero que V.Exa. atenda, se possível, a um pedido desse seu amigo da Bancada e traga-nos uma demonstração sobre isso.

O Sr. Deputado Lício Silveira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Pois não!

O Sr. Deputado Lício Silveira - Nobre Deputado, estes números que comentei, tendo manifestado a minha preocupação com relação à Celesc e à Casan hoje, chegaram a mim por diversas mãos. Até a comissão de transição do atual Governo não tem acesso aos dados, e fazem questão de não fornecer as informações. A situação é, pois, delicada!

Tenho me esforçado em saber todas as informações possíveis, tanto que abordei não somente o problema da Celesc, mas a rolagem da dívida e outros assuntos também correlatos à situação financeira. Mas não estou tendo condições! Se a comissão de transição não tem as informações, este Deputado, na luta de conhecer essa situação financeira toda, também não está tendo.

Portanto, como não tenho acesso, tampouco a comissão tem, apelei para uma situação mais formal da Assembléia Legislativa, através da Comissão de Finanças, por que senão vou falar só a metade dos números, porque não conheço todos eles. Posso até estar falando a grandeza de todos, mas será que é só isso? Não sei!

Neste sentido é que pedi que as Comissões respectivas tomassem uma atitude com relação a este assunto. Aí, sim, nós teríamos uma noção do todo, e acho que não será nada agradável o pronunciamento que iremos fazer.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Srs. Deputados, temos assistido, nos últimos dias, a várias manifestações aparentemente desconectadas, mas todas elas têm uma conexão clara. A primeira delas, e a mais flagrantemente, é a de tentar impingir, por vezes à Assembléia Legislativa, por vezes a algum Partido Político, a responsabilidade dos compromissos que o Poder Executivo de Santa Catarina tem e não honra.

Assistimos na semana passada a um destes capítulos, qual seja, que não poderiam cumprir convênios de importância porque houve denúncias com relação ao Estado caótico que está a Saúde, ao atendimento às questões ligadas à Saúde por conta de uma legislação aqui aprovada no início deste ano, a qual se preocupava em evitar aquilo que já há cerca de dois anos acontecia, coincidentemente, em período eleitoral: a formalização, pelo Governo do Estado, de convênios para vários Municípios do Estado de Santa Catarina administrados pela sua base eleitoral notadamente - e esta pesquisa foi feita e anunciada aqui no Parlamento.

Essa lei tinha a intenção de evitar a repetição do fato, e quando ela foi invocada para justificar a impossibilidade de se atender a convênios, principalmente para a área da saúde, e isso se tornou frágil à sua defesa, esta Casa o que fez? Rapidamente reviu não a intenção, porque a intenção continuaria a ser correta, mas não permitiu ao Poder Executivo o uso desta lei como justificativa do não-cumprimento e revogou a lei.

A partir deste momento, não podia mais haver essa desculpa por parte do Poder Executivo, e as informações que temos é que os convênios começaram a ser repassados para os diversos hospitais.

Na sequência, começou a se falar muito de desbloquear recursos e que pessoas ligadas a Partidos que não da base de sustentação do atual Governo estariam manietando o Poder Executivo, criando dificuldades ao exercício de sua responsabilidade.

Estamos de novo aí, agora preocupados em falar do desbloqueio, e pelo jeito temos uma memória frágil, porque há alguns meses estávamos aqui a discutir o processo de refinanciamento da dívida do Estado de Santa Catarina, falávamos sobre que itens deveríamos ou não incluir, sobre os percentuais que seriam benéficos para esse refinanciamento da dívida.

Esteve aqui o ex-Secretário Nelson Wedekin solicitando a todos nós, Líderes de Partidos e Deputados, que déssemos ao Poder Executivo essa chance de poder reorganizar as finanças públicas. E aqui votamos a favor de um projeto, que se transformou em lei, que permitiria - segundo palavras do então Secretário da Fazenda - a reorganização das finanças públicas do Estado de Santa Catarina.

Novamente, isso parece não ser verdade, porque as alegações trazidas em caráter oficioso é de que não teriam possibilitado o pagamento da parcela competente porque o Poder Executivo não conseguiu vender as ações da Casan e da Celesc, como pretendia.

A lei que aprovamos diz claramente qual a autorização que nós demos, e isso está citado no art. 2º, § 1º, que fala dos 20% que deveriam ser amortizados com recursos provindos da alienação de ativos do Estado.

O art. 2º, no seu § 1º, diz o seguinte: "É autorizada, para os fins do disposto no *caput*, a alienação da participação do Estado no patrimônio da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - Cohab - e da Besc S.A Crédito Imobiliário - Bescr."

Foi isso que nos foi pedido e foi isso que foi dado. Dizer que não pode ser paga a parcela competente porque não foi possível vender as ações da Celesc e da Casan é, mais uma vez, uma tentativa de subverter a verdade! É mais uma tentativa de levar funcionários públicos aos nossos gabinetes ou até as galerias desta Casa para pedir o que de mais justo e mais sagrado cada pessoa que trabalha tem: receber a justa paga por seu trabalho.

Hoje, Srs. Deputados, falou-se de mais um detalhe: de um recurso em torno de 35 milhões que teria sido permitido ao Tesouro do Estado e que o Poder Executivo fez a opção de não pagar salários.

O que ele pagou, eu não sei. Especula-se que esses recursos teriam ido para outras fontes, outros credores. Porém, não tenho essas informações em caráter oficial que me permita afirmá-las; agora, uma afirmação eu posso dar: não foi para pagar salários.

Não sejamos, então, ingênuos a ponto de imaginar que estão sendo pregadas peças ao Poder Executivo e criadas dificuldades para que ele não honre seus compromissos. É uma opção do Poder Executivo pagar ou não, e ele está preferindo não pagar os salários dos servidores, fazendo com que venham aqui solicitar à Assembléia cada vez mais uma outra atitude, uma pressão sobre o Fórum Parlamentar Catarinense, seja por moção aprovada nesta Casa e dirigida ao Ministro ou por qualquer outra coisa.

São essas as informações que gostaria de trazer aqui, e se tiver alguém que tenha uma informação substancial, oficial, diferente dessa, eu quero ouvir!

Quero ser melhor informado, quero que alguém me diga que isso não é verdade, quero que alguém demonstre que o Poder Executivo, tendo trinta e poucos milhões na sua mão, fez a opção por pagar salários, quero que isso seja demonstrado!

O Poder Executivo está tentando impingir a esta Casa, aos 40 Parlamentares, independente de coloração partidária, a responsabilidade pela sua desorganização, pelo seu descompromisso com Santa Catarina, pela sua irresponsabilidade com Santa Catarina. Isso não!

Cobrem da Assembléia Legislativa as leis necessárias para que Santa Catarina seja cada vez um Estado melhor. Continuem a mandar projetos de lei de excelência, para que nós aproveemos. Isso sim!

Mas quando nós formos repassar os instrumentos que são necessários para que os Poderes possam viver e realizar aquilo que lhes cabe, não venham responsabilizar a quem não tem esse tipo de compromisso nem essa dívida. Assumam a responsabilidade e digam para Santa Catarina que não querem pagar funcionários, digam para os catarinenses que esta Casa deu uma lei que garantiria transformar toda a dívida de Santa Catarina e colocá-la dentro de 13% da sua receita líquida, e voltem a dizer o que vai acontecer em 31 de dezembro se não for paga a parcela.

Digam isso! Digam que se isso não acontecer, está disposto lá no acordo que, automaticamente, a dívida de Santa Catarina não será mais apenas de 13%, que os juros não serão mais de 6%, que nós iremos falar de Selic, iremos falar de juros normais de mercado e que os juros da nossa dívida irão aumentar muito mais vezes do que hoje foi pactuado.

Assumam esse compromisso com Santa Catarina, passem a verdade para os catarinenses, para que, aí, sim, nós tenhamos condições de começar a ter o respeito dessa sociedade.

Vamos voltar a falar sobre esse assunto, vamos trazer as informações detalhadas, resgatar o acordo, resgatar a lei que trata deste assunto. Vamos trazer todos os números, um a um, claros, para mostrar que desta Casa não podem cobrar aquilo que ela já está fazendo, que é a responsabilidade com Santa Catarina.

Deputado Lício Silveira, talvez precisássemos colocar ao lado de quem faz o cheque um fiscal efetivo, e para isso o Tribunal de Contas tem que se prestar, eis que é o órgão auxiliar dessa Assembléia.

Esse Governo não permite que os Parlamentares acessem à movimentação financeira do Estado, não viabiliza o sistema *on line*. Então, que o Tribunal de Contas assumira essa responsabilidade e poste alguém ao lado da Tesouraria para nos dizer o que está entrando efetivamente neste Estado e para onde está indo o recurso, que não é do Governador, que não é de nenhum Secretário, é recurso público, de cada um de nós. Talvez só assim nós vamos conseguir saber o que de fato está acontecendo em Santa Catarina.

Muito Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

(Pausa)

Não havendo Deputado do PFL que queira fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Inscrito o Deputado João Henrique Blasi, a quem concedemos a palavra por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, inicialmente eu gostaria de fazer um registro encoimioso a um evento de grande importância, que teve início na quinta-feira e terminou no sábado, nesta Capital, que foi o Encontro dos Magistrados do Sul e do Sudeste do País.

O Deputado Ivan Ranzolin e eu tivemos a oportunidade de, comparecendo na solenidade de abertura, ouvir uma excepcional conferência proferida por um dos maiores constitucionalistas deste País, o professor Paulo Bonavides, que tratou a respeito do Poder Judiciário, da iminência da reforma, que deverá incidir sobre esse Poder do Estado, numa reflexão também levada a efeito em razão do transcurso de um decênio da promulgação da Carta Constitucional de 88 e do cinquentenário da edição da declaração mundial dos direitos do homem e do cidadão. Houve até quem dissesse o lamentável transcurso de 30 anos da edição do Ato Institucional nº 5, que aconteceu em 1968.

Eu não tive a oportunidade de assistir a todas as palestras, mas assisti a algumas conferências no sentido da abertura que está sendo dada em razão da necessidade do aprimoramento do Poder Judiciário, da sua transparência, da sua democratização através de uma reforma que, como disse, é iminente.

E com certeza temos nós que batalhar para que venha à lume no contexto desta reforma o controle externo do Poder Judiciário, que possibilite a sociedade ter maior conhecimento, maior participação e instrumentos para cobrar uma atuação democrática desse Poder, que é aquele que se constitui na última sentença, à qual o cidadão pode e deve se socorrer quando vilipendiado nos seus direitos, e não um controle externo que vá manietar a atividade intelectual do Juiz.

Por isso, quero cumprimentar a Diretoria, a Presidência da Associação dos Magistrados Catarinenses, que trouxe para o nosso Estado, para a nossa Capital essa magna conferência, que contou com a participação de magistrados do Estado, de magistrados federais, além de um sem número de advogados, membros do Ministério da Justiça, professores, enfim, operadores do Direito, cada qual dando a sua contribuição no sentido do aprimoramento do Poder Judiciário.

Quero também, ainda que rapidamente, dizer que não estarei na Assembléia na próxima Legislatura, mas quero

crer que um dos assuntos para os quais este Poder vai ser chamado a deliberar certamente será a privatização das Centrais Elétricas de Santa Catarina.

Aliás, o Governador eleito já declarou peremptoriamente que não descarta essa possibilidade, e eu gostaria de aqui estar para me contrapor a essa idéia, para reafirmar a minha coerência no sentido de que entendo factível a venda de algum contingente de ações desde que isso não inviabilize, desde que isso não comprometa o controle acionário que o Estado de Santa Catarina sempre teve, tem e certamente deverá ter se essa Assembléia agir com coerência, com consequência, no sentido de impedir a privatização se o Governador eleito, que não descarta essa possibilidade, apresentá-la perante esta Casa Legislativa. O mesmo certamente valerá para a Casan e o Besc.

Mas nós temos certeza que o Deputado Lício Silveira, este arauto, este grande defensor, haverá de ser o primeiro a impedir a consumação dessa idéia.

O Sr. Deputado Lício Silveira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Lício Silveira - Eu vou procurar ser coerente; agora, o que eu não posso admitir é vir cobrar da minha pessoa, Deputado Gilson dos Santos, a minha coerência para o ano que vem. A minha coerência eu vou manter!

Deputado João Henrique Blasi, começou tudo pela famosa Invesc, e no primeiro e segundo ano a Comissão de Constituição e Justiça funcionava aqui ao lado, lembra?

O Presidente do Banco do Estado de Santa Catarina, professor Fernando Ferreira de Mello Júnior, esteve depondo aqui. Um excelente professor, mas mau administrador.

Naquela época alertei a ele que os juros daquela brincadeira seriam no mínimo 20%, e ele me disse que eu estava errado. Não deu outra! Eu disse que os juros iam ser em torno de 20 milhões de reais. Não deu outra! No primeiro ano, foram 16 milhões, da Invesc. No segundo ano, foram 20,5 milhões; no terceiro ano venceu ninguém sabe em quanto, mas deve estar em torno de 23 milhões. E aí tem os juros sobre juros daquela de 97, que não foi paga até agora.

Esta brincadeira da Invesc, fora os juros pagos para um bruto de 104 milhões e um líquido de 98 milhões, vai custar... Eu acho que para o próximo Governo esse lastro de 29,0% das ações da Celesc, que estão lá, vai custar hoje, se quiserem liquidar a operação, mais de 200 milhões de reais. Esta foi a primeira operação.

Na segunda operação, eles fizeram AROs, fizeram empréstimo da Caixa Econômica Federal, vinculando, inclusive, ações da Celesc, vinculando ações das estatais. Nós fomos contra, e na rolagem da dívida, no ano passado, aqui retiramos tudo isso aí e concedemos a rolagem, benéfica até para o Estado, no patamar que ele havia colocado para nós.

Achei que estava errado, e na ocasião eu alertei que a rolagem deveria embutir mais coisas que nós temos de dívida. Se o Estado de São Paulo fez de monte, o Estado do Rio fez de monte, o Rio Grande do Sul fez, por que nós, então, não rolávamos melhor a nossa dívida?

E aí, minha surpresa, Deputado: mais uma ação do Governo em tentar privatizar a empresa. E V.Exas. sempre quietos aqui. Nunca se manifestaram! Aprovaram a Invesc, aquele rolo todo aqui dentro. E aprovaram a rolagem da dívida, que foi certa.

Mas quando eu me manifestava a respeito do contrato que assinaram com o Banco Central, no qual colocavam as ações da Celesc, aqui tudo quieto! E o pessoal já está lá na CVM, o Governo já está na CVM fazendo não sei o quê, mas está tentando vender alguma coisa. Não sei se quer vender para pagar alguma despesa, ou para pagar este débito "pequenininho" de 267 milhões que tem perante a rolagem da dívida.

Ora, todos esses encaminhamentos com a relação à Celesc e agora essa operação de *comercial papers*. Vamos ter que ver para onde foi esse dinheiro, e rezo para que esse dinheiro tenha sido bem investido. E para encerrar essa operação, resgatar essa operação, agora vai precisar de mais 70 milhões de reais.

Sabe o que queriam fazer, se não fosse o meu pronunciamento aqui? Queriam amarrar o consumo de energia elétrica durante seis meses, que seriam mais ou menos uns 12,5 milhões, ou seja, 15% da receita líquida da Celesc. Só quero saber como é que a Celesc ia fazer frente ao seu sistema de distribuição, ao seu sistema de transmissão, ao seu pequeno sistema de geração e aos compromissos que tem com os investidores!

Então, eu venho defendendo esse aspecto e vou continuar defendendo. Agora, não é a palavra privatização que está em jogo, não, porque para mim - e já disse isso mil vezes aqui dentro, mas volto a repetir - esse negócio já está mais do que privatizado por essas ações, à revelia dos Srs. Deputados, à revelia da Bancada do PMDB, que seja dita a verdade. Portanto, foi feito à revelia de todos os Deputados!

O "menino" ali não dá bola para ninguém, faz o que quer, o que bem entende. Faz até com o próprio pessoal do PMDB! Então, o que ele quer?!

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Deputado Lício Silveira, agradeço a sempre vibrante intervenção de V.Exa.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Deputado João Henrique Blasi, de fato merece elogios a forma com que o Deputado Lício Silveira defende as empresas estatais de Santa Catarina, especialmente a Celesc.

Na sua manifestação, o Deputado Lício Silveira afirmava que se não fossem as suas palavras na tribuna, quem sabe teriam sido vendidas ainda mais ações do patrimônio da Celesc. Eu só espero, Srs. Deputados, que o outro "menino", aquele que vai assumir no futuro, também ouça as palavras do Deputado Lício Silveira. Por que a nossa Bancada, Deputado João Henrique Blasi, sempre, de uma forma muito determinada, fez ao Governador a afirmação de que éramos contra a venda indiscriminada de empresas estatais que têm função social. E a Celesc, o Besc são empresas que nós queremos preservar em Santa Catarina.

Eu só espero que o Deputado Lício Silveira, com estas manifestações um pouco escorregadias, não esteja preparando o terreno para o amanhã, para o ano que vem.

Como bem disse o Deputado Miguel Ximenes, o ano que vem é um outro ano, quando, quem sabe, posturas e pensamentos podem até ser modificados.

No entanto, nós esperamos que não, Deputado. Esperamos continuar tendo aqui do Deputado Lício Silveira, que é um defensor do patrimônio público do Estado de Santa Catarina, ajuda e participação de forma incondicional, para que possamos manter como propriedade do nosso Estado as nossas empresas, que certamente irão atender à nossa população nas suas necessidades básicas e elementares.

O Sr. Deputado Carlito Merss - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Agradeço o aparte do Deputado Herneus de Nadal e concedo um aparte ao Deputado Carlito Merss.

O Sr. Deputado Carlito Merss - Deputado João Henrique Blasi, fico feliz em ver V.Exa. aproveitar esta segunda-feira para colocar questões tão pertinentes e importantes, como esta do holocausto neoliberal, termo usado pelo Senador Requião, a quem tenho muito respeito, mas com dez anos, no mínimo, de atraso.

Enquanto que a Europa revê todo esse processo, o projeto neoliberal da D. Margaret Thatcher, dos outros governos europeus, inclusive o dos Estados Unidos, será revisto. Basta ver hoje o resultado das urnas na Europa, agora também com a posse do novo Chanceler alemão, do Primeiro-Ministro francês, do Governo italiano, mostrando, mais do que nunca, que as políticas, inclusive keynesianas, voltam à tona. Por quê? Porque por mais que os liberais tentem destruir o Estado Nacional, que é uma conquista da Revolução Francesa, ele está presente. Esteve presente há poucos dias para salvar o Japão. E, aí, o Estado serve.

Por isso que há 18 anos nós já dissemos, e tanto no Estatuto do PT como no Estatuto Partidário do PMDB está escrito literalmente: "(...) defesa das estatais que têm funções públicas."

Nós nunca concordamos - e com certeza o PMDB também não, pelo menos os democratas do PMDB - que tivéssemos cabides de emprego, que se permitisse, como nós vimos no período da ditadura, transformar estatais e empresas públicas em empresas não públicas, de interesses privados bem localizados.

São essas as mesmas pessoas que hoje fazem de tudo para entregar esses ativos a preço de banana, como a imprensa está aí mostrando agora nessa questão das contas nas Ilhas Caimãs. O problema não são as contas mas, sim, o processo fraudulento via BNDES, um banco nacional para o desenvolvimento social que foi muito utilizado para emprestar dinheiro para grupos privados comprar as nossas estatais.

Eu acho que, infelizmente, já é tarde, porque essa discussão teria que ter acontecido no período eleitoral, mas a grande mídia escondeu de forma covarde essa discussão, que nós ainda estamos tentando salvar.

Essa discussão que V.Exa. levanta em relação às nossas estatais privilegiadas, superavitárias, que têm função social, tem que continuar. E com certeza, a nossa Bancada, a partir de fevereiro, estará junto com todos os Deputados do PMDB, para acabar, inclusive, com a hipocrisia de dois discursos, o que observamos muito nos últimos dois anos. Eram discursos que

interessavam naquele momento, porém tendo clareza de que a grande política dizia que era para privatizar.

Mas parece que, apesar do discurso de alguns Deputados, boas notícias nós não teremos a partir de fevereiro, e estaremos aqui lutando para continuar fazendo com que as nossas estatais continuem atendendo a população catarinense.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Agradeço o seu aparte, Deputado Carlito Merss.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Eu queria cumprimentar o Deputado Carlito Merss, que já fechou uma coligação com o PMDB. Ele diz que vai estar aqui e em Brasília, então ele vai ser Deputado Estadual e Deputado Federal ao mesmo tempo.

Mas esta questão das privatizações é realmente um assunto que merece a maior atenção. Na realidade, não se sabe para onde foram dirigidos os recursos que vieram das privatizações no Brasil. Então, não basta privatizar, tem que saber o porquê e quais os projetos. Eu tenho uma posição muito tranquila: empresas que prestam serviços ao povo não podem, de forma nenhuma, ser privatizadas, pelo menos nos próximos anos. Acho isso um absurdo!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - A propósito da colocação do Deputado Carlito Merss, que acaba de fechar uma coligação, eu queria sugerir uma chapa para 98: Paulo Afonso e Milton Mendes.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - 1998?!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Desculpe, para o ano 2002. Afinal de contas, o PT votou no Paulo Afonso, não custa repetir o voto!

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Agradeço o seu aparte.

Deputado Lício Silveira, V.Exa. fez referência ao ex-Presidente do Besc, professor Fernando Ferreira de Melo Júnior, e eu gostaria de aditar que não se trata apenas de um excelente professor, mas de uma pessoa respeitabilíssima.

O Sr. Deputado Lício Silveira - Eu só falei que ele era um mau administrador.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - V.Exa. está equivocado, não o conhece.

Em segundo lugar, Deputado Lício Silveira, eu, num evento acontecido no hotel da CUT, em Ponta das Canas, afirmei, de forma peremptória, a minha posição contrária à privatização da Celesc. E reafirmo-a agora aqui, como em toda e qualquer circunstância.

Espero que a Assembléia Legislativa tenha na próxima Legislatura a mesma postura, no sentido de impedir essa tentativa que o novo Governador fará de tornar aquela empresa privatizada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, apesar de ter sido precedida por um caloroso debate entre o

Deputado João Henrique Blasi e diversos apateadores, quero retornar a um assunto que estava na pauta antes dessa mudança de assunto, que é a questão do bloqueio das contas do Estado de Santa Catarina.

Santa Catarina vem tendo, desde o dia 30 de setembro deste ano, sistemáticos bloqueios nas suas contas. Os bloqueios têm sido praticamente diários; tivemos bloqueios no dia 30 de setembro, nos dias 6, 9, 13, 14, 15, 16, 20, 21, 22, 23, 26, 28, 29, 30 de outubro e 3 e 10 de novembro. Portanto, quase que um dia sim, outro também, as contas de Santa Catarina têm sido bloqueadas pelo Governo Federal, e mais recentemente pelo Banco do Brasil.

Três motivos levaram a que este bloqueio ocorresse. O primeiro deles, foi a questão do pagamento da rolagem da dívida; o segundo, o pagamento da dívida externa, compromissos com o Bird, e o último foi a questão do financiamento do crédito de emergência dos agricultores, relacionado com as famosas enchentes e secas, que atingiu não só os agricultores catarinenses, mas também os do Rio Grande do Sul.

O total desses bloqueios chega à casa dos 58 milhões de reais, os quais têm trazido consequências inclusive a esta Casa, aos Poderes. O Tribunal de Justiça teve que recorrer a uma medida judicial para não continuar a ser atingido pelo bloqueio das contas; a área da saúde também está com uma situação bastante delicada. E eu, bastante preocupada com essa situação, tomei a iniciativa de buscar informações.

Apesar de praticamente todos os Estados brasileiros terem assinado contrato da rolagem da dívida, Santa Catarina assinou o contrato no dia 31 de março deste ano e o Rio Grande do Sul no dia 15 de abril, portanto, com uma diferença de apenas 15 dias, e as cláusulas, tanto do contrato de Santa Catarina quanto do Rio Grande do Sul, são tão leoninas quanto, ou seja, as cláusulas que admitem bloqueio de conta, que admitem repasse automático dos recursos dos impostos, dos repasses federais estão tanto no contrato de Santa Catarina quanto no contrato do Rio Grande do Sul. Portanto, chama absolutamente atenção o fato de Santa Catarina estar sendo bloqueada.

Eu quero dizer que este bloqueio, que no caso do Rio Grande do Sul não aconteceu, apesar de o contrato ser praticamente da mesma época e as cláusulas serem idênticas, tem algumas diferenças, sim, com o Rio Grande do Sul, porque no Rio Grande do Sul quem governa foi apoiado pública e oficialmente pelo Sr. Fernando Henrique, mas aqui em Santa Catarina não, o Governador apoiado pelo Presidente Fernando Henrique é o que vai assumir, não o que está no cargo.

Em Santa Catarina, o Governador eleito já foi recebido pelo Presidente da República, e foi recebido muito próximo da grande concentração dos bloqueios que ocorreram.

Nós, nas conversas feitas com a imprensa, chamamos à responsabilidade o futuro Governador sobre esta situação, sim! E chamamos por quê? Alguém que é recebido tão prontamente pelo Presidente da República, que vai assumir este Estado com, por enquanto, 58 milhões de reais bloqueados, tem que ter uma posição pública sobre esta situação, porque, ao não ter - e coincide que além de ser futuro Governador também é Senador da República, e o Vice-Governador é

Coordenador do Fórum Catarinense - começa a especulação do interesse que se mantenham esses recursos bloqueados até o início do próximo Governo.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Eu não vou lhe permitir um aparte, porque quero concluir o meu raciocínio, Deputado Gilson dos Santos!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Deputada Ideli...

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Deputado Gilson dos Santos, eu não lhe concedo um aparte! Vou terminar o meu raciocínio!

Por isso, entendo que ao não dirimir esta dúvida quanto à posição do futuro Governo com relação a este bloqueio, nós podemos, sim, inferir, supor que há uma conveniência de manter este recurso bloqueado e de não ir para o enfrentamento político com a área econômica do Governo Federal, para que nós possamos ter, de pronto, de imediato, o desbloqueio das contas, porque senão vai ficar para ser negociado esse desbloqueio quando? Quando o Sr. Esperidião Amin assumir o Governo do Estado e passar a contar, então, com essa verdadeira poupança advinda do bloqueio das contas?!

Se esta não é a posição do PPB, do PFL, do futuro Governador Esperidião Amin, do futuro Vice-Governador Paulo Bauer, eu quero, de público, colocar nesta tribuna a seguinte questão: amanhã haverá reunião do Fórum Parlamentar Catarinense em Brasília para decidir as questões das emendas que a Bancada Federal catarinense vai apresentar ao Orçamento da União.

Esta reunião tem plenas condições de deliberar por uma audiência com o Ministro Pedro Malan, para que possamos debater, discutir e encontrar uma solução para o imediato desbloqueio das contas, até porque a situação de Santa Catarina vem sendo extremamente diferenciada do que vem sendo aplicado nos outros Estados.

Por isso, a minha posição na tribuna hoje é de solicitar a esta Casa, que já aprovou por unanimidade, que já mandou a Brasília, a todas as autoridades um documento suprapartidário pedindo o desbloqueio das contas...

Nós fizemos este documento na Presidência desta Casa e todos os Líderes assinaram.

Eu estou, neste momento, colocando a este Plenário a proposta de que nós encaminhem, em nome de todas as Bancadas, um pedido para que o Fórum Parlamentar Catarinense, no dia de amanhã, delibere a solicitação de audiência com o Ministro Pedro Malan para tratar deste assunto.

E que nós possamos, o Fórum Parlamentar Catarinense e uma Comissão Suprapartidária desta Casa, participar desta audiência, porque, sendo assim, toda e qualquer dúvida sobre a quem interessa manter as contas de Santa Catarina bloqueadas ou não ficará dirimida.

Eu tenho o entendimento de que quem não tem nada a ver com isso, não tem nenhum problema em assinar o requerimento e de, inclusive, insistir ao futuro Vice-Governador, Deputado Paulo Bauer, que no dia de amanhã delibere a solicitação da audiência em nome do Fórum Parlamentar.

Gostaria, por último, de colocar a seguinte questão: nas intervenções anteriores, os Deputados Lício Silveira e Eni Voltolini e, se não me engano, mais um outro Parlamentar, fizeram referência aos 35 milhões que foram desbloqueados.

Se esses 35 milhões foram desbloqueados, as provas têm que ser apresentadas. Se nós não temos provas, temos dúvidas, que esta Casa convoque imediatamente o Secretário da Fazenda.

É isso o que eu tenho a falar sobre esta questão levantada.

Agora, com relação à ida a Brasília, ao pedido de audiência, ao documento ao Fórum Parlamentar, eu tenho aqui, de pronto, um requerimento para ser colocado no Plenário, que eu peço o acordo para a aprovação no dia de hoje ou, se não for possível um acordo para aprová-lo no Plenário, que haja a subscrição num requerimento a parte.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PDT que queiram fazer uso da palavra e como ainda restam dez minutos, faremos a redistribuição do tempo, ficando dois minutos para cada Partido.

Com a palavra, inicialmente, o Sr. Deputado Gilson dos Santos, pelo PPB.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Sr. Presidente e Srs. Deputados, infelizmente a Deputada Ideli Salvatti, a quem eu sempre dediquei aqui toda a atenção e todo o apreço, lamentavelmente não cedeu um aparte a este Deputado.

Nobre Deputada, lamento profundamente que V.Exa. esteja se encaminhando para um processo que eu esperava já ter sido esquecido, ou seja, o processo de apoio que o seu Partido deu ao Governador atual. V.Exa. está retornando à origem, e isto não vai lhe fazer bem, nem mesmo ao seu Partido.

Srs. Deputados, quero dizer à Deputada Ideli Salvatti que, se Deus quiser, vamos colocar a remuneração do servidor público de Santa Catarina em dia, assim como a Prefeita de Florianópolis colocou os mais de três meses que o seu candidato a Senador deixou atrasado. Vamos ter competência para colocar em dia!

Estou impressionado com a força que V.Exa. está dando ao futuro Governador do Estado. Em outras palavras, V.Exa. está dizendo que ele já está gerindo Santa Catarina. Se ele tivesse essa condição, não estariam ocorrendo coisas estranhas como a que tomamos conhecimento na quinta-feira. A folha de pagamento iria para crédito de todos os servidores, mas por um milagre ou um toque de magia de alguém, não efetuaram o pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) (Faz soar a campainha) - Nobre Deputado, V.Exa. dispõe de mais dois minutos, que foram cedidos pela Bancada do PFL.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Obrigado!

Quanto ao Fórum Parlamentar, Deputada Ideli Salvatti, tem componentes do seu Partido. E aqui dou a certeza de que o Deputado Eni Voltolini, eleito Deputado Federal nas últimas eleições, estará presente no Fórum.

Aconselho V.Exa., Deputada Ideli Salvatti, a pegar informações mais precisas a respeito do assunto relacionado ao bloqueio de receitas de Santa Catarina.

O Deputado Lício afirmou aqui e é verdadeiro, isso não pode desaparecer com um toque de magia. Foram 35 milhões de

reais liberados, quando na semana passada não tinha um real para pagar convênio. Depois disso, pagaram um monte de convênios. Esta é a verdade! Agora, é uma questão de prioridade. Espero que V.Exa. não esteja priorizando o atual Governo. Sinceramente, espero isso!

O Sr. Deputado Odacir Zonta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Odacir Zonta - Caro Colega, é por isso que vamos sugerir o encaminhamento de um requerimento ao Tribunal de Contas solicitando que um auditor acompanhe o caixa do Governo do Estado, para que dúvidas como esta não mais ocorram.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do rateio, os próximos dois minutos são destinados ao PMDB.

O PMDB cede o horário ao PT, que fica com quatro minutos.

Com a palavra a Deputada Ideli Salvatti.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos (Interferindo) - A coligação está oficializada!

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Deputado Gilson dos Santos, de todos os lados!

Quero dizer que assino imediatamente o requerimento pedindo que um auditor acompanhe o caixa do Governo.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - E nós assinaremos tantos quantos V.Exa. desejar, para clarear a tristeza financeira do Estado.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Também vão assinar o do Fórum Parlamentar?

Deputado Gilson dos Santos, o PT fez apoio crítico à candidatura do Sr. Paulo Afonso. Não negociamos cargos, não fomos para o palanque, não exigimos nada em troca. Foi apoio crítico, porque já naquela época dizíamos que a aliança PMDB/PFL só podia dar no que deu.

A outra questão é a seguinte: desde o primeiro momento a Bancada do PT, nesta Casa, fez oposição ao Sr. Paulo Afonso em todos os projetos que vieram em prejuízo do nosso Estado.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores de Santa Catarina não votou a favor da Invesc, não votou na Comissão, não votou na rolagem da dívida, não votou...

O Sr. Deputado Gilson dos Santos (Intervindo) - Nem nós!

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Votaram a favor da rolagem, sim!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Da rolagem, sim!

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sim, Senhor! Na Comissão de Justiça a Bancada do PPB e do PFL votaram a favor do processo das Letras! Não votaram no Plenário, mas na Comissão de Justiça, sim!

Então, eu quero dizer que se nós temos apoio crítico na eleição passada, durante todo o Governo tivemos uma posição contundente e firme contra tudo aquilo que o Governo fez.

Por isso, Deputado Gilson dos Santos, eu não tenho nenhum problema de vir a esta tribuna dizer que o bloqueio das contas neste momento é um bloqueio escancaradamente político, é um bloqueio para fazer poupança para o Sr. Esperidião Amin negociar e desbloquear, porque aí vai pagar salário, sim, no mês de janeiro com o dinheiro desbloqueado!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Ele sempre pagou, porque salário é sagrado! Na Prefeitura o PT deixou três folhas de pagamento, e a Prefeita pagou! E foi o Governo de V.Exa.!

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Deputado Gilson dos Santos, eu não lhe concedi um aparte. Eu não fui malcriadamente ao microfone interromper a sua falação!

O Sr. Deputado Carlito Merss - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Carlito Merss - Deputada, eleitoralmente, nós, em 1994, conseguimos dar uma paulada no "malufismo", mas, infelizmente, ele ainda resiste em Santa Catarina.

Quero dizer que a próxima postura da Bancada da velha Arena vai ser desbloquear as Letras. E mais: os amadores estão indo embora e os profissionais estão voltando a governar Santa Catarina, e isso é um perigo para o povo deste Estado!

Os amadores estão indo embora, os profissionais estão voltando, mas nós estaremos fiscalizando para que a velha Arena não faça o que sempre fez com este Estado!

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Gostaria de dizer, mais uma vez, que não há nenhum problema, a Bancada do Partido dos Trabalhadores assina imediatamente o requerimento para o auditor do Tribunal de Contas, porque nós continuamos não confiando um fiapo no Sr. Paulo Afonso e no Sr. Marco Aurélio Dutra. Não vamos esquecer onde ele estava em todo o episódio das Letras. Agora, com essas contas bloqueadas, com o servidor sem receber salário, com o hospital sem receber recursos, com os Poderes tendo a sua autonomia inviabilizada nós não vamos concordar! Queremos ação enérgica e imediata para o desbloqueio dos recursos!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do rateio, os próximos dois minutos são destinados ao PDT.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PDT que queiram fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência Comunica que a Comissão de Fiscalização e Controle apresentou pareceres pelo arquivamento dos seguintes Ofícios: nº 003/97, de procedência do Tribunal de Justiça, que encaminha justificativa do Diretor de Material e Patrimônio deste Tribunal, referente ao Decreto Legislativo nº 16.715/96, que anula a Tomada de Preços nº 047/94, junto ao Processo nº 06070111; nº 011/98, de procedência da Associação Joinvilense de Obras Sociais, que encaminha relatório de atividades da Associação Joinvilense de Obras Sociais, referente ao exercício de 1997; nº 013/98, de procedência do Instituto Pedagógico de Reabilitação Infantil, que encaminha relatório de atividades desenvolvidas no exercício de 1997; nº 014/98, de procedência da Associação dos Deficientes Educáveis e Síndrome de Down, que encaminha relatório financeiro e de atividades de 1997; nº 015/98, de procedência da Associação de Moradores e Amigos do Bairro Itinga, que encaminha relatório e demonstrativo do resultado do exercício de 1997; nº 016/98, de procedência da Associação Santa Luiza de Marillac, que encaminha documentos ao exercício de atividades

encerradas em 31 de dezembro de 1997; nº 017/98, de procedência da Sociedade Joinvilense de Amparo à Criança, que encaminha documentos referentes ao exercício de atividades encerradas em 31 de dezembro de 1997; nº 018/98, de procedência da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Joinville, que encaminha relatório de atividades referentes ao período de 01 de agosto de 1996 a 31 de julho de 1997; nº 022/98, de procedência do Joinville Esporte Clube, que encaminha cópia de relatório de atividade do Joinville Esporte Clube; nº 023/98, de procedência da Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, que encaminha relatório de atividades referente ao exercício de 1997; nº 024/97, de procedência da Comunidade Evangélica de Joinville, que encaminha cópia de relatórios de atividades no exercício de 1997; nº 028/98, de procedência da Associação Joinvilense para Integração dos Deficientes Visuais, que encaminha relatório de atividades e o balanço financeiro referente ao exercício de 1997; nº 030/98, de procedência da Entidade Social, que encaminha relatório de atividades da Comissão Municipal de Assistência ao Menor, desenhadas durante o exercício de 1997; nº 032/98, de procedência da Entidade Social, que encaminha relatório financeiro da Associação Beneficente dos Inativos e Pensionistas de Joinville, do período de janeiro à dezembro de 1997; nº 037/98, de procedência do Tribunal de Contas, que encaminha o relatório de atividades do Tribunal de Contas do Estado, relativo ao segundo trimestre de 1998.

Discussão e votação em turno único da Mensagem nº 3866/98, com prazo para apreciação até o dia 13/11/98, que trata sobre o veto parcial ao Projeto de Lei nº 230/98, que dispõe sobre a realização de operações de créditos pelo Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Sr. Presidente, como há necessidade de *quorum* qualificado e verificamos que não existe, gostaria de sugerir a V.Exa a inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Consulto os Srs. Líderes sobre a possibilidade da inversão de pauta.

(As Lideranças aquiescem)

Com a concordância dos Srs. Líderes, vamos fazer a inversão de pauta, lembrando que temos *quorum* suficiente. Evidentemente, no momento da votação, iremos fazer uma nova verificação de *quorum*, mas, pela listagem de presença, temos *quorum* necessário.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 305/98, de procedência governamental, que autoriza a abertura de crédito suplementar em favor da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da Comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 314/98, de procedência governamental, que autoriza a abertura de crédito suplementar em favor do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da Comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Em relação ao pronunciamento da Deputada Ideli Salvatti, solicitando o desbloqueio das contas, tem um requerimento na mesa para ser colocado em votação ainda hoje, se for possível. Seria necessário um acordo de Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Consulto os Srs. Líderes sobre a possibilidade de colocarmos na pauta da Ordem do Dia de hoje o seguinte requerimento:

Requerimento de autoria da Sr. Deputada Ideli Salvatti, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Fórum Parlamentar Catarinense, no sentido da obtenção de audiência com o Ministro da Fazenda, para tratar da liberação de contas do Governo do Estado.

(As Lideranças aquiescem)

Com a concordância dos Sr. Deputados, iremos incluir o presente requerimento na pauta.

Retornando à votação do veto, a discussão já foi encerrada.

Antes de colocá-lo em votação, faremos a chamada dos Srs. Deputados para verificação de *quorum*, requerida pelo Deputado Gilson dos Santos.

Solicito ao Sr. Quarto Secretário, Deputado Adelar Vieira, que proceda à chamada dos Srs. Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à chamada dos Srs. Deputados.)

Estão presentes 16 Srs. Deputados. Já não há mais *quorum* para deliberação.

Neste caso, Deputado Pedro Uczai, não há condições de deliberação nem dos requerimentos.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Em relação a um veto do Governador, que regulamenta o art. 171, que se refere a financiamento do ensino superior do Estado de Santa Catarina, em princípio, hoje, esgotaria o prazo de deliberação pelo Plenário. Em função da não-deliberação na

Comissão de Justiça, é possível o encaminhamento para a Ordem do Dia de amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Vamos incluir na pauta da sessão de amanhã, conforme V.Exa. está requerendo e conforme também já tínhamos previamente ajustado com a assessoria.

Srs. Deputados, como não há *quorum* para deliberação dos requerimentos e indicações, a Presidência está propondo retirar todos eles e incluir na pauta de amanhã, com exceção desse que os Líderes das Bancadas já concordaram que fosse votado hoje, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Sr. Deputado Paulo Bauer, Coordenador do Fórum Catarinense, no sentido da obtenção de audiência com o Ministro da Fazenda, a fim de tratar da liberação das contas do Governo do Estado.

Se não houver impedimento, colocaremos em discussão e votação este requerimento.

(Pausa)

Não havendo impedimento, em discussão o requerimento.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Sobre a mesa requerimento subscrito pelo Deputado Júlio Teixeira e por mais 13 Srs. Deputados, solicitando a instalação de uma CPI para apurar irregularidades nos procedimentos de expedição de Carteira Nacional de Habilitação, nos termos do art. 30.

Diz o art. 30 do Regimento Interno:

"Art. 30 - A Assembléia Legislativa, a requerimento de 1/3 de seus membros, constituirá Comissão Parlamentar de Inquérito (...)"

Tendo atingido 1/3 de seus membros as assinaturas, de acordo com o art. 30 do Regimento Interno, determino a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, solicitando aos Líderes que indiquem os respectivos membros na seguinte proporcionalidade: PPB, dois Deputados; PMDB, dois Deputados; PFL, um Deputado; PT, um Deputado e PSDB, um Deputado.

Solicitamos aos Líderes que façam a indicação no prazo de 48 horas a partir da presente comunicação.

A Presidência defere de plano.

Não havendo mais matéria na Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, comunicamos a pauta para a próxima sessão: requerimentos e indicações que estavam na pauta do dia de hoje, que deixaram de ser votados por falta de *quorum*, Mensagens nºs 3867/98 e 3868/98 e os Requerimentos nºs 566; 567; 569 e 570.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

DECRETO LEGISLATIVO

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 40, inciso XIII da Constituição do Estado, e art. 112, inciso IV, do Regimento Interno e eu, Deputado Neodi Saretta, Presidente, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.116/98

Suspende execução de emenda à Lei Orgânica do Município de Lages

Art. 1º Fica suspensa a execução da Emenda nº 12, à Lei Orgânica do Município de Lages, por força de Acórdão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, conforme Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 97002666-8, da Capital.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 25 de novembro de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Afonso Spaniol - 3º Secretário

Deputado Adelor Vieira - 4º Secretário

*** X X X ***

MENSAGEM GOVERNAMENTAL

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 3929/98

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Em estrita observância às determinações contidas nos artigos 40, inciso IV, alínea "c", e 70 da Constituição Estadual, solicito a essa Augusta Casa Legislativa a necessária licença para ausentar-me do País entre os dias 29 de novembro a 06 de dezembro do corrente ano, para participar na Galícia, Espanha, da "Segundas Jornadas sobre La Constitución de Un Espacio Euroamericano", como palestrante, na qualidade de Governador do Estado de Santa Catarina e Presidente do Foro de Governadores CODESUL - CRECENEA", a convite e às expensas da Xunta de Galicia.

Esta jornada é de fundamental importância para todos os membros do MERCOSUL, pois discutirá as relações e a posição social e econômica da América Latina no contexto mundial e, em especial, com a União Européia, bem como lançará as bases para a constituição de um espaço Euroamericano.

Para o povo catarinense o estreitamento das relações com a Galícia é extremamente oportuno, pois abre portas para um maior intercâmbio econômico-social com países europeus, facilitando sobremaneira pela existência de imigrantes galegos em nosso Estado e caracterizado pela vinculação e afetividade de Estado-irmão.

Em 1995, quando assumi o Governo do Estado de Santa Catarina criei a Secretaria Extraordinária para a Integração ao MERCOSUL procurando dar maior destaque a participação do Estado no processo de integração ora em curso na América Latina. Ainda neste ano, através do CODESUL (Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul), órgão que agrega os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, e do CRECENEA Litoral (Comissão de Comércio Exterior do Nordeste Argentino), integrado pelas Províncias de Santa Fé, Corrientes, Chaco, Misiones, Entre Rios e Formosa, sugeri a criação do Foro de Governadores CODESUL - CRECENEA, respaldado pelo "Protocolo 23 Regional Fronteiriço" firmado em 1988 entre o Brasil e a Argentina.

O Foro de Governadores ocorre a cada seis meses, sendo no primeiro semestre realizado em um dos Estados brasileiros e no segundo semestre em uma das Províncias Argentinas. Possui um programa de cooperação nas áreas de saúde, educação, turismo,

cooperação técnica, segurança, transporte, ciência e tecnologia dentre outros, visando a deflagração de ações conjuntas das regiões mais afetadas pelo MERCOSUL através da participação de técnicos especializados das mencionadas regiões.

Esta prática de integração sub-regional realmente conferiu a Santa Catarina e, em especial ao Governo, maior participação no direcionamento das ações do Governo Federal em relação às necessidades locais, ocorrendo o mesmo no lado argentino, fomentando a união de esforços em busca do desenvolvimento regional.

A experiência catarinense foi captada pelo Presidente da Galicia Dom Manuel Fraga Iribarne, Comunidade Autônoma da Espanha, e a partir de 1997 teve início a aproximação com o Estado de Santa Catarina, através de um processo de cooperação mais amplo firmado pela "Carta de Cooperação", em 13 de março de 1998, visando o desenvolvimento de ações que aproximassem, por um lado Santa Catarina da Galicia, e por outro, o MERCOSUL da União Européia

Sendo assim, e para dar continuidade a estas ações, que apenas estão iniciando, fui convidado para proferir uma palestra na "Segunda Jornada sobre a Constituição de um Espaço Euroamericano", com o objetivo de debater as possibilidades efetivas de integração entre a Europa e a América Latina através de experiências de integração sub-regional.

Esta palestra consolida um ciclo cuja meta principal era colocar o Estado de Santa Catarina como interlocutor do MERCOSUL, mas conseguiu-se ir além e criar na Galicia um novo caminho para a União Européia, caminho este que está aberto a todos os catarinenses. Assim, Santa Catarina está colocada como uma nova referência para o Mercado Europeu, e é sobre esta experiência que falarei diante de representantes da União Européia e da América Latina na conferência "Los procesos de descentralización en América Latina y la acción exterior de las entidades subestatales".

O período solicitado decorre das dificuldades nos deslocamentos, mas devo esclarecer entretanto que da autorização concedida pretendo usufruir o menor tempo possível.

Palácio Santa Catarina, 24 de novembro de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

*Lido no Expediente
Sessão de 25/11/98*

*** X X X ***

OFÍCIOS

Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis

Florianópolis, em 25 de novembro de 1998.

Ofício nº 314/98 CCJRL

Excelentíssimo Senhor

Deputado NEODI SARETTA

DD. Presidente da Assembléia Legislativa

Nesta

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho com sua vênua, solicitar a publicação da Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis, para o dia 30 deste mês, às 10 horas, conforme a norma regimental desta Casa, sendo o objeto de análise a Mensagem nº 3929/98, que "solicita licença para ausentar-se do País entre os dias 29 de novembro a 06 de dezembro do corrente ano, para participar na Galícia, Espanha, da "Segundas Jornadas sobre La Constitución de Un Espacio Euroamericano", como palestrante, na qualidade de Governador do Estado de Santa Catarina e Presidente do Foro de Governadores CODESUL - CRECENEA".

Certo de sua pronta atenção, despeço-me, atentamente.

Deputado Ivan Ranzolin

- Presidente da CCJRL -

*** X X X ***

Comissão de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Rural e Turismo

Florianópolis, em 25 de novembro de 1998

Ofício nº 042/98

Exmo. Sr.

Deputado Neodi Saretta

DD. Presidente da Assembléia Legislativa

Nesta Casa

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Rural e Turismo, convoquei para reunião extraordinária, no dia 1º de dezembro, às 17 horas, na sala de reuniões das Comissões, os senhores membros efetivos desta Comissão, para em conjunto com o Superintendente Estadual do IBAMA/SC, o Diretor Geral do DER, os Prefeitos Municipais e os Presidentes de Câmaras de Vereadores de São José e Palhoça, para tratar da solução imediata e do impasse criado na conclusão das obras da ponte sobre o Rio Marumim, ligação entre os municípios de Palhoça e São José.

Para que este processo de convocação surta efeitos legais, solicito a devida publicação no Diário da Assembléia.

Respeitosamente

Deputado Reno Caramori

Presidente da Comissão

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 335/98****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 3925**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o projeto de lei que "Concede pensão especial", tendo por beneficiários ANDRÉA DA COSTA, ROSELI DA COSTA E CLAUDIOMIRO DA COSTA.

Palácio Santa Catarina, 18 de novembro de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

*Lido no Expediente**Sessão de 24/11/98***PROJETO DE LEI Nº 335/98**

Concede pensão especial.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a **ANDRÉA DA COSTA**, nascida em 23 de abril de 1985; **ROSELI DA COSTA**, nascida em 14 de dezembro de 1981 e **CLAUDIOMIRO DA COSTA**, nascido em 21 de junho de 1975, representados pela sua mãe Sueli de Souza da Costa, portadora do CPF nº 022.023.099-42, processo SJCP 494/984, residentes em Itapiranga, pensão mensal equivalente a 40% do menor vencimento da escala padrão do Quadro de Pessoal Civil da Administração Direta, a cada um dos irmãos.

Art. 2º A Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania exigirá, anualmente, dos beneficiários e do responsável, comprovação de residência no Estado.

Art. 3º A pensão a que se refere o artigo 1º extinguir-se-á:

I - pela morte dos beneficiários;

II - pela entrega dos beneficiários à responsabilidade do

Estado;

III - pela mudança de residência do responsável e dos beneficiários para outro Estado da Federação;

IV - passando os beneficiários a perceberem outra modalidade de benefício de órgão público municipal, estadual ou federal;

V - por terem os beneficiários readquirido as condições para desempenharem atividade produtiva.

Art. 4º A superveniência de qualquer das causas previstas nos artigos 2º e 3º, incisos I, II, III, IV e V, implicará na imediata suspensão do pagamento da pensão de que trata esta Lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 336/98**GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 3926**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o projeto de lei que "Concede pensão especial", tendo por beneficiária Dilair Alves de Carvalho Silveira.

Palácio Santa Catarina, 18 de novembro de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

*Lido no Expediente**Sessão de 24/11/98***PROJETO DE LEI Nº 336/98**

Concede pensão especial.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a **DILAIR ALVES DE CARVALHO SILVEIRA**, nascida em 19 de outubro de 1957, portadora do CPF nº 234.180.609-00, processo SJCP 645/982, residente em Araranguá, pensão mensal equivalente ao menor vencimento da escala padrão do Quadro de Pessoal Civil da Administração Direta.

Art. 2º A Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania exigirá da beneficiária, anualmente, comprovação de residência no Estado.

Art. 3º A pensão a que se refere o artigo 1º extinguir-se-á:

I - pela morte da beneficiária;

II - pela entrega da beneficiária à responsabilidade do Estado;

III - pela mudança de residência da beneficiária para outro Estado da Federação;

IV - passando a beneficiária a perceber outra modalidade de benefício de órgão público municipal, estadual ou federal;

V - por ter a beneficiária readquirido as condições para desempenhar atividade produtiva.

Art. 4º A superveniência de qualquer das causas previstas nos artigos 2º e 3º, incisos I, II, III, IV e V, implicará na imediata suspensão do pagamento da pensão de que trata esta Lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 337/98**GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 3927**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o projeto de lei que "Concede pensão especial", tendo por beneficiária Edi Maximiano Silva.

Palácio Santa Catarina, 18 de novembro de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

*Lido no Expediente**Sessão de 24/11/98***PROJETO DE LEI Nº 337/98**

Concede pensão especial.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a **EDI MAXIMIANO SILVA**, nascida em 29 de outubro de 1932, portadora do CPF nº 252.052.779-04, processo SJCP 48/984, residente em Florianópolis, pensão mensal equivalente ao menor vencimento da escala padrão do Quadro de Pessoal Civil da Administração Direta.

Art. 2º A Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania exigirá da beneficiária, anualmente, comprovação de residência no Estado.

Art. 3º A pensão a que se refere o artigo 1º extinguir-se-á:

I - pela morte da beneficiária;

II - pela entrega da beneficiária à responsabilidade do Estado;

III - pela mudança de residência da beneficiária para outro Estado da Federação;

IV - passando a beneficiária a perceber outra modalidade de benefício de órgão público municipal, estadual ou federal;

V - por ter a beneficiária readquirido as condições para desempenhar atividade produtiva.

Art. 4º A superveniência de qualquer das causas previstas nos artigos 2º e 3º, incisos I, II, III, IV e V, implicará na imediata suspensão do pagamento da pensão de que trata esta Lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,
PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 338/98

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 3928

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossa Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a permuta de imóveis no Município de Joinville e dá outras providências".

Palácio Santa Catarina, 19 de novembro de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 24/11/98

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

Florianópolis, 07 de outubro de 1998.

Do Secretário de Estado da Administração

Dr. CLETO NAVAGIO DE OLIVEIRA

Ao Governador do Estado

Dr. PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Exposição de Motivos nº 146/98

1. Apresentação

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o apenso projeto de lei que trata da autorização para o Joinville Esporte Clube - JEC permutar com o Município de Joinville os imóveis doados, a teor da Lei nº 8.205 de 27 de dezembro de 1990.

2. Análise

Os imóveis em referência estão matriculados sob os nºs 9.422 e nº 9.423, ambos no Cartório do Registro de Imóveis - 2ª Circunscrição da Comarca de Joinville e foram doados ao Joinville Esporte Clube - JEC, para que pudesse construir um complexo esportivo.

O Município joinvillense possui um projeto para edificar naquele local um ginásio de esportes, tendo proposto uma permuta com o JEC pelo terreno de sua propriedade matriculado sob o nº 75.502 no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Joinville - 1ª Circunscrição. A negociação ficou impedida de ser realizada, tendo vista a cláusula de inalienabilidade inserida na doação originalmente feita ao JEC.

Desta forma, com vistas a permitir a realização do investimento municipal, foi elaborado o projeto de lei anexo, ora submetido a Vossa Excelência, pelo qual o Estado autoriza a permuta com a municipalidade, mantendo-se as cláusulas de inalienabilidade e de impenhorabilidade sobre o imóvel que o Joinville Esporte Clube vier a adquirir.

3. Parecer

Isto posto e havendo concordância de Vossa Excelência segue para aprovação e encaminhamento ao Poder Legislativo, o anexo projeto de lei, a teor dos artigos 12, § 1º e 39, IX, da Constituição do Estado.

Respeitosamente,

CLETO NAVAGIO DE OLIVEIRA

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 338/98

Autoriza a permuta de imóveis no Município de Joinville e dá outras providências.

GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Joinville Esporte Clube - JEC autorizado a alienar, mediante permuta, os imóveis matriculados sob o nº 9.422 e nº 9.423, ambos no Cartório de Registro de Imóveis - 2ª Circunscrição da Comarca de Joinville, doados através da Lei nº 8.205, de 27 de dezembro de 1990.

Art. 2º A permuta autorizada por esta Lei será feita pelo imóvel de propriedade do Município de Joinville, sob a matrícula nº 75.502 no Cartório do Registro de Imóveis - 1ª Circunscrição da Comarca de Joinville, e destina-se à edificação de um ginásio desportivo.

Art. 3º O imóvel que o Joinville Esporte Clube adquirir com a permuta ficará gravado com as cláusulas de inalienabilidade e de impenhorabilidade, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado.

Art. 4º A reversão prevista no artigo antecedente ocorrerá independente de notificação judicial ou extrajudicial, sendo indenizáveis apenas as benfeitorias necessárias eventualmente construídas.

Art. 5º Deverão constar da escritura pública de permuta as disposições previstas no artigo 3º desta Lei, sob pena de anulabilidade do ato de transferência das propriedades.

Art. 6º As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta dos permutantes.

Art. 7º A Secretaria de Estado da Administração fará os lançamentos necessários ao controle do patrimônio estadual.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,
PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 339/98

Da nova redação ao artigo 1º da Lei nº 8.209, de 2 de janeiro de 1991.

Art. 1º - O artigo 1º da Lei nº 8.209, de 2 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica assegurada a pedestres e ciclistas a gratuidade na travessia do Rio Itajaí-Açú por Ferry-Boat e Balsa, entre os Municípios de Itajaí e Navegantes".

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,
Deputado Volnei Morastoni

Lido no Expediente

Sessão de 24/11/98

JUSTIFICATIVA

A Lei 8.209 de 02 de Janeiro de 1991 estabelece a gratuidade na travessia por "Ferry-Boat" do Rio Itajaí-Açú para pedestres e ciclistas, entre os municípios de Itajaí e Navegantes.

Atualmente a travessia do Rio Itajaí-Açú, entre os municípios de Itajaí e Navegantes se dá de duas formas. Uma travessia por Ferry-Boat, ligando o centro das cidades de Itajaí e Navegantes e a outra travessia, por Balsa, ligando os bairros da Barra do Rio (Itajaí) e Machados (Navegantes). Note-se que ambas são exploradas pela empresa de Navegação Santa Catarina, mediante concessão do Poder Público Estadual.

A Lei nº 8.209/91, estabelece gratuidade em período integral na referida travessia, quando realizada por Ferry-Boat.

Entretanto, por força de acordo estabelecido entre os usuários e a empresa concessionária, a gratuidade para pedestres e ciclistas, está sendo operada no horário das 6:00 hs às 8:00 hs e no horário das 17:30 hs às 19:30 hs.

Na travessia por Balsa, não existe gratuidade para pedestres e ciclistas, porque a Lei 8.209/91 não se refere à Balsa, mas somente à Ferry-Boat.

A discriminação feita não tem nenhum sentido. Os usuários que atravessam por Balsa têm o mesmo direito, que poderá ser estendido, por ampliação do acordo ora existente, desde que a lei assim o faculte.

Por isso, estamos apresentando o presente projeto de lei para corrigir esta distorção e possibilitar a extensão da gratuidade para pedestres e ciclistas também na travessia por Balsa, entre Itajaí e Navegantes.

O espírito da lei e do legislador da época, não resta a menor dúvida que tinha a intenção de contemplar com gratuidade também a travessia de pedestres e ciclistas por "Balsa". Tenho certeza que os senhores deputados entenderão o sentido de justiça presente na alteração da lei ora proposta e apoiarão integralmente a mesma.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 340/98

**Denomina José do Patrocínio de Oliveira
Conjunto Habitacional de Barra Velha.**

Art. 1º Fica denominado "José do Patrocínio de Oliveira", o Conjunto Habitacional sito no município de Barra Velha.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Lício Mauro da Silveira

Lido no expediente

Sessão de 24/11/98

JUSTIFICATIVA

A denominação que objetivamos dar ao Conjunto Habitacional, situado no município de Barra Velha, vem homenagear um cidadão que mesmo não tendo nascido no município o adotou de forma inequívoca sendo um dos maiores batalhadores pela sua criação e emancipação.

Sendo um homem de iniciativa fundou a Empresa Auto Viação São João que muito contribuiu para o desenvolvimento e a comunicação do município de Barra Velha, com Itajaí ao Sul e Joinville ao Norte, tendo também, nos anos de 1959 e 1960 exercido a função de Tabelião do Cartório de Barra Velha.

Sendo um cidadão ligado às decisões políticas sempre participou de eleições, sendo que em 1965 assumiu a Diretoria de Obras de Barra Velha, e em 1968 foi Vice-Prefeito e, naquela mesma gestão, exerceu o cargo de Secretário de Obras.

Em 1973 assumiu a Gerência da CASAN e implantou o primeiro Sistema de Abastecimento de Água em Barra Velha, cargo no qual se aposentou.

Casado com D. Maria Beatriz Marchi de Oliveira, professora muito estimada na região, teve 06 filhos, todos educados no município.

O Senhor José do Patrocínio de Oliveira sempre norteou-se pela tradição de trabalho e honradez que muito dignificaram o homem e o município que escolheu para viver e instituir sua família, prestando grandes benefícios à comunidade.

Através deste Projeto de Lei queremos prestar uma justa homenagem ao Senhor José do Patrocínio de Oliveira, nascido em Nova Trento em 23/09/26 e falecido em Barra Velha no dia 13/08/98, cidadão que com sua atuação efetiva na vida política e empresarial enalteceu o Estado de Santa Catarina.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 341/98

Institui o Depósito Legal de Obras Impressas, junto à Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído, junto à Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, o mecanismo de Depósito Legal de Obras Impressas.

Parágrafo único. O mecanismo de Depósito Legal tem por objetivo assegurar o registro e preservar, através da guarda de publicações, a memória do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Os administradores de gráficas, editoras, empresas jornalísticas e demais modalidades de oficinas de impressão situadas no Estado de Santa Catarina, deverão remeter à Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, um exemplar de cada publicação que executarem.

§ 1º Para efeito deste artigo, são consideradas publicações todas as obras impressas, como livros, cartilhas, jornais, revistas, catálogos, folhetos, mapas e outras, executadas sobre qualquer suporte físico, e destinadas à comercialização ou distribuição gratuita.

§ 2º O disposto no presente artigo não se aplica a materiais promocionais de publicidade e propaganda, de qualquer espécie.

§ 3º São consideradas obras diferentes as reimpressões e novas edições de qualquer modalidade de publicação.

Art. 3º Publicações de autoria de escritores catarinenses, bem como as relacionadas aos diferentes aspectos do Estado de Santa Catarina, impressas em outros estados ou países, poderão, a critério de seus responsáveis, ser encaminhadas à Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O disposto no presente artigo torna-se indispensável no caso de comercialização ou distribuição gratuita da publicação no território do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º A remessa de que trata o artigo 2º deverá ser efetuada antes da distribuição ou comercialização da obra impressa.

§ 1º As obras deverão ser encaminhadas em mãos ou através dos correios, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar de sua saída do processo de impressão.

§ 2º Os periódicos de distribuição diária deverão ser remetidos em até 07 (sete) dias de sua circulação.

Art. 5º Para fins de registro, as publicações remetidas à Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, deverão vir acompanhadas de declaração constando forma de distribuição, sinopse do conteúdo, tiragem, preço de venda e contato para aquisição das mesmas.

Parágrafo único. A Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina emitirá cartão de cadastro de registro do Depósito Legal, que deverá ser encaminhado ao editor ou responsável pela publicação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis do recebimento da mesma.

Art. 6º A Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina coordenará, publicará e distribuirá, anualmente, um boletim bibliográfico com todas as informações referentes às publicações remetidas pelo mecanismo de Depósito Legal.

§ 1º A publicação do boletim deverá ser efetuada pela Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina.

§ 2º O boletim deverá ser distribuído gratuitamente a todas as bibliotecas públicas municipais, universidades, instituições escolares, biblioteca nacional, bibliotecas públicas dos estados da federação e bibliotecas nacionais dos países do mercosul e outros que tenham a língua portuguesa como idioma oficial, além de disponibilizá-lo através da rede mundial de computadores - Internet.

Art. 7º Para efeito do disposto na Lei nº 8.759, de 27 de julho de 1992, regulamentada através do Decreto nº 842, de 7 de maio de 1996, que dispõe sobre a aquisição, por parte do Estado, de livros de autores catarinenses, para distribuição às bibliotecas públicas municipais, fica instituída a obrigatoriedade de apresentação, ao dar entrada ao pedido de análise junto à Comissão Catarinense do Livro - COCALI, de cópia do cartão de cadastro de registro do Depósito Legal da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Art. 8º Na hipótese de inobservância às disposições desta Lei, e constatada a distribuição ou comercialização de publicações sem a devida remessa à Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, os editores e responsáveis estarão impedidos de firmar contratos e convênios com a Fundação Catarinense de Cultura, e de concorrer a quaisquer benefícios por ela oferecidos, até a regularização da situação.

Art. 9º Esta Lei deverá ser regulamentada no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 24 de novembro de 1998.
No dia de nascimento do poeta simbolista catarinense Cruz e Sousa,

No ano do centenário de sua morte.

Deputado Lício Mauro da Silveira

Lido no Expediente

Sessão de 24/11/98

JUSTIFICATIVA

Neste dia em que celebramos o centenário de morte do maior dos poetas catarinenses - João da Cruz e Sousa (1861 - 1898), apresento aos demais Pares desta Casa, este Projeto de Lei que visa instituir junto à Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, o Depósito Legal de obras impressas, sem o ato representar qualquer ônus à mesma.

O Depósito Legal é um mecanismo que tem como principal objetivo assegurar a preservação da memória, através do registro e da guarda organizada de publicações, como livros, jornais, revistas, folhetos, catálogos e mapas, dentre outras.

Na esfera federal, é regulamentado através do Decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907, que "Dispõe sobre a remessa de obras impressas à Biblioteca Nacional". O Decreto estabelece que todos os editores e responsáveis por gráficas ou oficinas de impressão deverão encaminhar um exemplar de cada obra impressa àquela biblioteca. Desta forma, desde o início do século a Biblioteca Nacional é a fiel detentora da memória impressa do Brasil.

O Projeto de Lei ora apresentado, propõe instituir, com a devida vênua e aprovação deste colendo Poder Legislativo, o mecanismo de Depósito Legal junto à Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis. Os editores ou responsáveis por editoras deverão encaminhar à mesma, para fins de registro e guarda, um exemplar de suas obras impressas a partir da publicação da Lei.

Esta proposição encontra guarida na Constituição do Estado de Santa Catarina, uma vez que a mesma determina ao Estado a proteção das obras e documentos que tenham por objetivo a preservação da memória histórica da nossa gente.

Além de facilitar o acesso de pesquisadores e historiadores catarinenses às fontes de registro dos principais acontecimentos de nosso Estado, o cadastro das publicações e a elaboração de um boletim bibliográfico anual, previstos no presente Projeto de Lei, permitirão a ampliação do conhecimento das mesmas, garantindo a difusão de seus conteúdos.

Desejo com este Projeto homenagear o poeta Cruz e Sousa, que nascido na cidade de Nossa Senhora do Desterro, é o maior expoente do Simbolismo, sendo sua obra um exemplo da luta contra o racismo, o preconceito e a segregação social.

Por estas razões elucidadas, peço a aprovação desta proposta.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 342/98

Revoga artigo da Lei Estadual 9.831, de 17 de fevereiro de 1995.

Art. 1º Fica revogado o Artigo 122 da Lei Estadual 9.831, de 17 de fevereiro de 1995.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Gilmar Knaesel

Lido no Expediente

Sessão de 25/11/98

JUSTIFICATIVA

O artigo 122 da Lei 9.831 restringe a nomeação para o Cargo em Comissão de Gerente Regional da Fazenda Estadual aos ocupantes do Cargo de Fiscal de Tributos Estaduais, um dos vários cargos de nível superior existente na estrutura da Secretaria de Estado da Fazenda. Cargo em Comissão é definido na Constituição Federal como aquele declarado em lei como de livre nomeação e exoneração, conforme observa-se da leitura de seu artigo 37:

"Art. 37 - A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

I - ...

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

..."

A limitação imposta pelo artigo que se quer revogar fere a autonomia administrativa do Poder Executivo e impede o seu Chefe, o Governador do Estado, de escolher, a seu livre arbítrio, os ocupantes de cargo estratégico na estrutura de arrecadação do Estado.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 343/98

Declara de Utilidade Pública

Art. 1º - Fica Declarado de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário de Bombinhas e Porto Belo.

Art. 2º - A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1998.

Deputado JORGINHO MELLO

Lido no Expediente

Sessão de 25/11/98

JUSTIFICATIVA

Esta entidade atende um grande número de profissionais da área da construção civil, que são carentes e necessitam com frequência de ajuda com remédios, mantimentos, roupas, que nem sempre podem atender por falta de recursos.

Nosso compromisso social estende-se a todas as áreas, principalmente as áreas mais carentes. Devemos preservar as nossas entidades de classes, devidamente organizadas para que a sociedade seja atendida também de forma organizada.

Por considerar justa e merecida a solicitação, submete a Vossas Excelências a apreciação do Projeto de Lei que "Declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário de Bombinhas e Porto Belo."

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 344/98

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete da Presidência

Ofício nº 1232/98-GP

Florianópolis, 19 de novembro de 1998

Ao Exmo. Sr.

Deputado NEODI SARETTA

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

Nesta

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, tenho a honra de submeter à elevada apreciação desta Augusta Assembléia Legislativa do Estado, o incluso projeto de lei que "Dispõe sobre a cessão de uso do imóvel de propriedade do Estado - Poder Judiciário ao município de São Miguel do Oeste", aprovado pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça na sessão do dia 18 de novembro de 1998, acompanhado da respectiva exposição de motivos e cópia do processo administrativo nº 97536-97.2.

Aproveito a oportunidade para reiterar-lhe protestos de consideração e apreço.

Desembargador JOÃO MARTINS

Presidente

PROJETO DE LEI Nº 344/98

Dispõe sobre a cessão de uso do imóvel de propriedade do Estado - Poder Judiciário de Santa Catarina ao Município de São Miguel do Oeste.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Judiciário autorizado a ceder gratuitamente, ao Município de São Miguel do Oeste, por prazo indeterminado, o imóvel de propriedade do Estado, matriculado sob o nº 17.742, fls. Matrícula 177, ano 1986, do Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste.

Parágrafo único - O imóvel de que trata este artigo é formado de lotes urbanos, de nºs. 310 e 312, com área em conjunto de 760 m², com um prédio em alvenaria, de dois pavimentos, com área total construída de 942,50 m², situado à Rua Almirante Barroso, 305, na cidade de São Miguel do Oeste, com as seguintes medidas e confrontações: ao NORTE, com a rua Almirante Barroso, por 19 metros, ao OESTE, com parte dos mesmos lotes urbanos, nºs 310 e 312, de Clóvis Roberto Pohjmann, por linha seca de 40,00 metros, ao SUL, com o lote urbano nº 308, de Lurdes Junges e irmãos, por linha seca de 19,00 metros, ao LESTE, com parte dos mesmos lotes nºs 310 e 312, de Newton Moojen Marques e Aloísio Birck, por linha seca de 40,00 metros. Registro anterior - nº 16.294, fls. 262, livro 3-J, do mesmo Cartório.

Art. 2º - A presente cessão de uso destina-se constituir a Casa da Cidadania, onde poderão ser instalados vários segmentos da comunidade, como CONSELHO TUTELAR, PROCON, JUNTA DO

SERVIÇO MILITAR, SINE, UMIPLART, GAMA, UESMO, GRUPO ÍTALO-GERMÃO, e CENTRO DE ATENDIMENTO DA COMUNIDADE DA UNOESC - Campus São Miguel do Oeste.

§ 1º - O desvio da finalidade prevista neste artigo resultará na imediata retomada do imóvel.

§ 2º - Cessadas as razões que justificaram a presente cessão, bem como, vindo o Poder Judiciário a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu patrimônio.

Art. 3º - Serão de responsabilidade do Cessionário as reformas necessárias, a manutenção, a segurança, os impostos e as taxas incidentes sobre o imóvel cedido, bem como as demais despesas com a execução desta lei.

Art. 4º - Ocorrendo a reversão, as benfeitorias realizadas integrarão o patrimônio do Poder Judiciário de Santa Catarina, sem direito de indenização ao Município.

Art. 5º - O Poder Judiciário será representado, no ato, pelo Presidente do Tribunal de Justiça, ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 19 de novembro de 1998.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimos Senhores Membros da Augusta Assembléia Legislativa do Estado

Visa o projeto de lei ora submetido à elevada apreciação de Vossas Excelências ceder ao Município de São Miguel do Oeste o uso do terreno e do prédio no qual funcionava o fórum daquela Comarca.

O intuito da cessão de uso é propiciar ao Poder Executivo Municipal a possibilidade de instalação de vários segmentos da comunidade, constituindo-se na Casa da Cidadania.

De outra parte, o Poder Judiciário de alguma forma pode assim retribuir doação de terreno feita por aquela Municipalidade ao Estado de Santa Catarina, que possibilitou a construção do novo edifício do fórum, onde hoje estão instalados os serviços judiciários.

Ademais, o referido imóvel encontra-se fechado e sem uso por este Poder.

Para melhor instrução da matéria, remeto a Vossas Excelências fotocópia do procedimento administrativo respectivo, do qual consta, inclusive, a necessária avaliação do bem.

Florianópolis, 19 de novembro de 1998.

Desembargador JOÃO MARTINS

Presidente

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 023/98

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 3914

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei complementar que "Dá redação ao art. 60 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e estabelece outras providências".

Palácio Santa Catarina, 18 de novembro de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 24/11/98

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 164/98

Florianópolis, 29 de outubro de 1998

DO: Secretário de Estado da Administração

CLETO NAVAGIO DE OLIVEIRA

AO: Governador do Estado

DR. PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Senhor Governador

1 - Apresentação:

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o apenso Projeto de Lei que "dá redação ao art. 6º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985 e estabelece outras providências".

2 - Análise:

Por força do disposto no art. 7º inciso XVII combinado com o disposto no art. 39 § 2º e no art. 42 § 11 da Constituição Federal, ainda com amparo no art. 27, inciso XII, combinado com o disposto no art. 31 § 13 da Constituição do Estado, a indenização de férias quando da aposentadoria ou da exoneração do servidor estatutário pode ocorrer somente quando já conquistado período integral de usufruto, o mesmo não ocorrendo em relação a período proporcional, o que tem colocado o servidor estatutário em desvantagem em relação ao servidor contratado ou admitido em caráter temporário, que nestas condições faz jus a indenização do período proporcional de férias.

A redação dada ao art. 60 pelo presente projeto supre a nefasta falha de previsão legal corrigindo a distorção e fazendo justiça aos servidores estatutários.

O mesmo ocorre em relação a falta de previsão legal para pagamento da gratificação natalina proporcional aos dependentes do servidor falecido.

O presente projeto ao acrescentar o § 3º ao art. 87 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985 resolve de vez a pendência legal.

3 - Parecer:

Isto posto, havendo a concordância de Vossa Excelência, sugiro o encaminhamento de mensagem ao Poder Legislativo para apreciação em regime de urgência, eis que justificado tal caráter.

Respeitosamente

CLETO NAVAGIO DE OLIVEIRA

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 023/98

Dá redação ao art. 60 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e estabelece outras providências.

GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ao art. 60 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985 é dada a seguinte redação:

"Art. 60. O servidor, quando da aposentadoria ou da exoneração, fará jus à indenização do período aquisitivo integral ou proporcional de férias a que tiver direito, respeitado o disposto no § 1º do art. 59 e no "caput" do art. 61 desta Lei.

§ 1º A indenização a ser paga no ato do desligamento ou da passagem à inatividade corresponderá a um doze avos da remuneração por mês efetivamente trabalhado.

§ 2º A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será considerada como mês integral para os efeitos deste artigo.

§ 3º A publicação de ato aposentatório durante o período de usufruto de férias não implica em indenização do período aquisitivo correspondente.

§ 4º A indenização a que se refere este artigo também será paga ao cônjuge ou dependente do servidor ativo em decorrência de falecimento deste."

Art. 2º Fica acrescido ao art. 87 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, o seguinte § 3º:

"Art. 87.

§ 1º

§ 2º

§ 3º A gratificação a que se refere o parágrafo anterior será paga ao cônjuge ou dependente do servidor ativo em decorrência de falecimento deste."

Art. 3º Fica vedado o impedimento de usufruto de licença-prêmio de servidor que detiver o tempo de serviço suficiente para a aposentadoria.

Art. 4º As disposições contidas na presente Lei Complementar aplicam-se, no que couber, aos membros do magistério público e aos policiais civis e militares.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão a conta do Orçamento Geral do Estado.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 024/98

Dá nova redação ao art. 2º e aos Anexos I e II da Lei Complementar nº 055, de 29 de maio de 1992.

Art. 1º O art. 2º da Lei Complementar nº 055, de 29 de maio de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O subgrupo: Autoridade Policial, criado nos termos da Lei nº 7.720, de 31 de agosto de 1989, é o de acordo com o Anexo I, parte integrante desta Lei Complementar.

§ 1º As entrâncias indicadas nos Anexos I e II desta Lei Complementar, ficam classificadas em entrância inicial, intermediária, final e especial.

§ 2º - Para efeitos do disposto no parágrafo anterior, o subgrupo Autoridade Policial ficam classificados como de:

I - entrância inicial, os atuais Delegados de Polícia de 1ª e 2ª entrância;

II - entrância intermediária, os atuais Delegados de Polícia de 3ª entrância;

III - entrância final, os atuais Delegados de Polícia de 4ª entrância;

IV - entrância especial, os atuais Delegados de Polícia de nível especial.

§ 3º Os cargos de Delegado de Polícia de entrância especial, terão o local de exercício e atribuições definidas em decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 4º Os cargos de Delegado de Polícia Substituto serão lotados e com exercício definidos por resolução do Delegado Geral de Polícia.

§ 5º Os cargos e suas respectivas graduações que constituem a carreira de Delegado de Polícia, subgrupo: Autoridade Policial são as constantes do Anexo II, parte integrante desta Lei Complementar."

Art. 2º O processamento das classificações previstas nesta Lei, não autoriza remoções, aumento ou reajuste de vencimentos.

Art. 3º Para efeitos de futuras promoções, terão prioridade os atuais Delegados de Polícia classificados em entrância superior.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 25 de novembro de 1998

Deputado Julio Teixeira

Lido no Expediente

Sessão de 25/11/98

ANEXO I

GRUPO SEGURANÇA PÚBLICA - POLÍCIA CIVIL

I - Subgrupo : Autoridade Policial
Carreira : Delegado de Polícia
Código : SP-PC-AP

LINHA DE CORRELAÇÃO PARA CLASSIFICAÇÃO

SITUAÇÃO ANTERIOR	SITUAÇÃO ATUAL
Delegado de Polícia Especial	Delegado de Polícia de Entrância Especial
Delegado de Polícia de 4ª Entrância	Delegado de Polícia de Entrância Final
Delegado de Polícia de 3ª Entrância	Delegado de Polícia de Entrância Intermediária
Delegado de Polícia de 2ª Entrância	Delegado de Polícia de Entrância Inicial
Delegado de Polícia de 1ª Entrância	
Delegado de Polícia Substituto	Delegado de Polícia Substituto

ANEXO II

GRUPO: SEGURANÇA PÚBLICA - POLÍCIA CIVIL

SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO ATUAL	
Delegado de Polícia Especial	30	Delegado de Polícia de Entrância Especial	30
Delegado de Polícia de 4ª Entrância	40	Delegado de Polícia de Entrância Final	40
Delegado de Polícia de 3ª Entrância	55	Delegado de Polícia de Entrância Intermediária	55
Delegado de Polícia de 2ª Entrância	75	Delegado de Polícia de Entrância Inicial	175
Delegado de Polícia de 1ª Entrância	100		
Delegado de Polícia Substituto	85	Delegado de Polícia Substituto	85
TOTAL	385	TOTAL	385

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimos Senhores Deputados

O presente Projeto de Lei Complementar objetiva adequar os cargos da carreira de Delegado de Polícia, estruturada em entrâncias, à nova classificação pela Lei Complementar nº 160, de 16 de dezembro de 1997, publicada no Diário Oficial do Estado nº 15.828, de 19 de dezembro de

1997, a qual dispõe sobre a classificação das Comarcas e a compactação e reclassificação das entrâncias na carreira da magistratura de 1º grau.

Conforme estabelecido no art. 2º da proposição ora apresentada, não haverá repercussão financeira.

*** X X X ***